

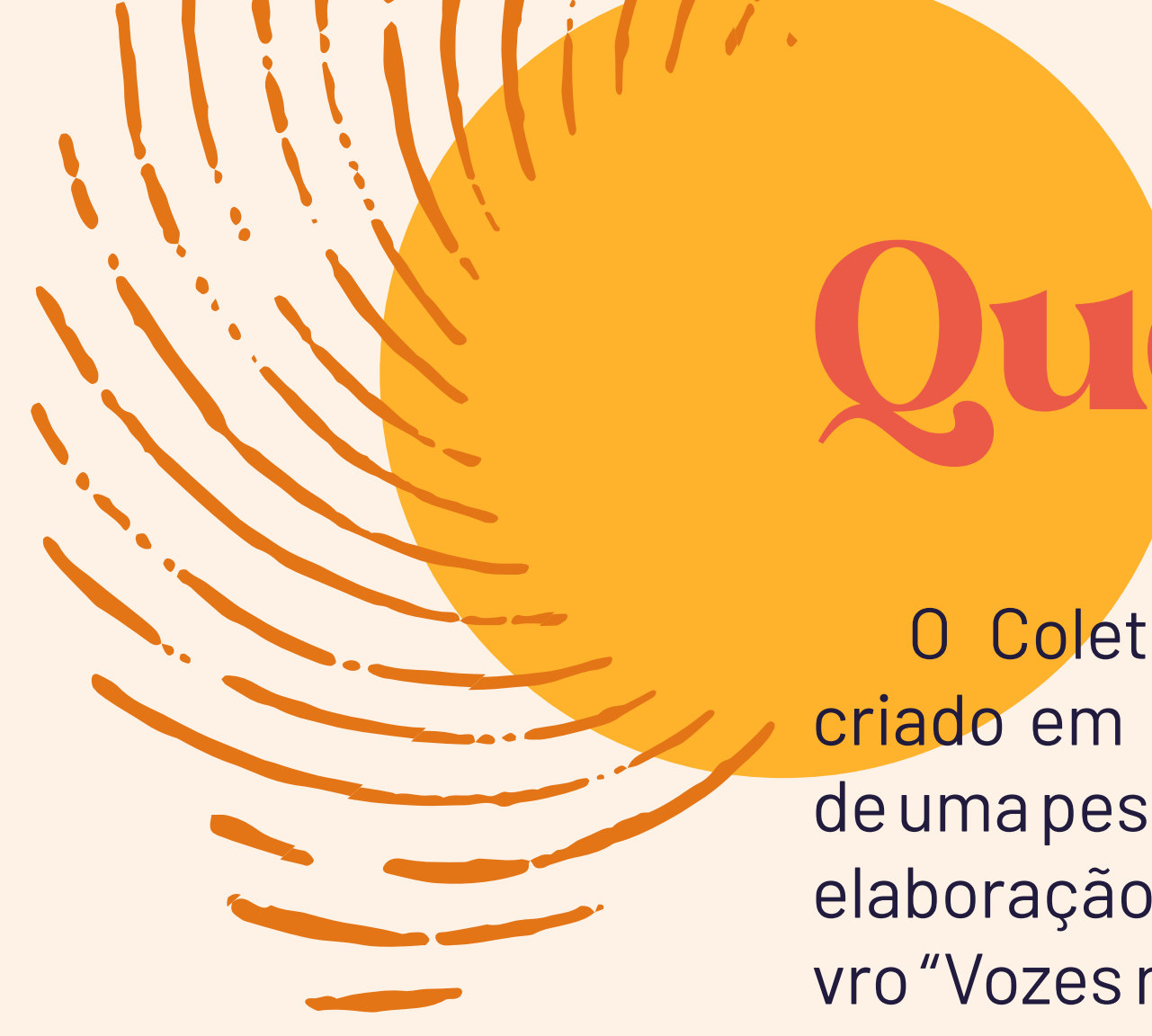


Herdeiras e Herdeiros de Luiz Gama

Guia para um jornalismo antirracista

Sumário

Quem somos	2
Quem foi Lena Santos?	5
Introdução	8
O racismo em suas diversas formas	11
Como diversificar fontes negras	22
Quando a pauta não é racismo, onde estão as pessoas negras?	26
Quem são os negros que você assiste na TV?	32
Como identificar e desmontar armadilhas racistas	38
Como efetivar uma prática de diversidade para além da editoria?	43
O papel da imprensa brasileira na luta antirracista!	50
Considerações finais	56
Agradecimentos	58
Repertório Bibliográfico de apoio ao jornalista sobre os aspectos raciais no Brasil ...	60
Mídias Negras no Brasil	62
Ficha técnica	64



Quem somos

O Coletivo Lena Santos foi criado em Minas Gerais a partir de uma pesquisa realizada para a elaboração de um capítulo do livro “Vozes negras em comunicação”, organizado pela professora Laura Guimarães, da UFMG. Sua formação se deu de maneira orgânica, quando percebemos que era necessário refletir e propor ações para empretecer o jornalismo brasileiro. O grupo tornou-se um espaço de acolhimento e de celebração das conquistas de cada um dos profissionais, que entendemos como conquistas coletivas. Também se tornou um espaço para compartilhar reflexões sobre a cobertura jornalística e divulgar oportunidades de

trabalho para os nossos colegas da comunicação negros. Ao longo do tempo, contudo, percebemos que deveríamos agir e nos posicionar de forma pública em relação a temas que consideramos essenciais no enfrentamento do racismo.

O coletivo então propôs o Congresso de Jornalistas Negras e Negros, que foi realizado em maio de 2021. A abertura do evento ocorreu no dia 14, data simbólica que representa o dia seguinte à assinatura da lei que aboliu a escravidão no país. O Congresso contou com palestrantes de todo o Brasil, que participaram de forma remota. Em maio de 2022, realizamos

no formato presencial o 2º Congresso Nacional, dessa vez em parceria com a Academia Mineira de Letras (AML) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O Coletivo promoveu ainda a mesa “Diversificando as fontes: como empretecer a cobertura e tornar o jornalismo mais plural” no 16º Congresso da Abraji.

Durante esses anos de atuação, o coletivo também elaborou três posicionamentos públicos. O primeiro deles se materializou numa carta aberta à jornalista Glória Maria, quando ela deu uma entrevista abordando questões raciais. Também foi elaborada uma carta em apoio à manuten-

ção do programa Conversações na grade da Rede Minas, emissora pública de televisão do Estado. O programa é um dos poucos no canal apresentado por um jornalista negro, que integra o coletivo, e ainda aborda a literatura produzida por pessoas negras e indígenas. Depois do posicionamento do coletivo, teve início uma mobilização da sociedade civil para a manutenção do programa na grade. A emissora recuou e garantiu a sua continuidade.

Por fim, o coletivo também elaborou uma carta aberta com posicionamento contrário ao artigo publicado por Antonio Risério na Folha de São Paulo em janeiro de 2022. O texto abordava a falácia do racismo

reverso. A carta foi na direção contrária, repudiando veementemente o posicionamento do antropólogo e propondo um diálogo franco e aberto com o veículo em questão sobre a ideia de pluralismo e, claro, da questão racial brasileira.

Por também entendermos o nosso papel enquanto sujeito coletivo em ações que contribuam para a redução das desigualdades sociais no Brasil, nos engajamos em campanhas para doação de agasalhos e cobertores para a população em situação de rua, afetada pelo intenso frio em Belo Horizonte em maio deste ano.

Este guia que você tem em mãos é, portanto, uma proposta que nasce junto a essa trajetó-

ria. Um reflexo da nossa atuação que também espelha a diversidade do nosso grupo. Somos profissionais negros de todas as idades, com trajetórias diversas. Nossa atuação também é bastante ampla, já que integramos profissionais em agências de comunicação, assessoria de imprensa, impresso, TV, rádio, universidade e mídia negra independente. Os textos refletem essa diversidade de pensamento e abordagens.

As imagens do guia são também textos independentes dos textos verbais, fotos produzidas por jornalistas do coletivo e fotógrafos parceiros que atuam na produção de imagens de pessoas negras, buscando uma descolonização do olhar.

Te convidamos a estar conosco nesta luta, encontro, movimento, aprendizado, trocas e ações sobre as relações raciais brasileiras.

Ubuntu: eu sou porque nós somos.

Boa leitura! 🍷

“Virados,
muros são
pontes”
Angela Davis



**Parte do Coletivo Lena Santos,
em foto tirada no Sindicato dos
Jornalistas Profissionais de
Minas Gerais em 2019**

Acervo

Quem foi Lena Santos?

Maria Helena Santos, conhecida como Lena Santos, nasceu em 18 de fevereiro de 1956, em Belo Horizonte (MG). Pouco conhecida pelas novas gerações, Lena foi uma das primeiras jornalistas negras a ocupar espaço em uma bancada de telejornal como apresentadora.

Em sua juventude, na década de 1970, o mais longe que uma mulher negra e periférica poderia chegar em alguma casa de família na Zona Sul da capital mineira era como empregada doméstica.

Lena Santos interrompeu esse ciclo. Um dia, a convite de outra jornalista negra pioneira na televisão, Anna Davis, fez um teste na Globo Minas para substituí-la, e passou.

Como apresentadora do Jornal Hoje, edição Minas, Lena dividiu a bancada com nomes como Gilson Humberto e Chico Pinheiro, chegando a apresentar também sozinha e fazendo reportagens para o canal.

Lena Santos foi um exemplo de representatividade quando essa expressão ainda nem estava tão em voga. Em vida, talvez, ela nem tenha tido a dimensão da importância dos caminhos que abriu.

Das ruas e calçadas do centro de Belo Horizonte ao estúdio da Globo Minas, antes localizado na região central da cidade, Lena era amada e acessível a todos. Definida como “amorosa” e “parceira” pela irmã, a pesqui-

sadora da cozinha afro-mineira Zora Santos, era muito comum Lena chegar em casa descalça porque doou os sapatos a uma pessoa necessitada.

Filha de pedreiro e lavadeira, Lena e seus irmãos Zora, Helena Cristina (já falecida), Hélio Sebastião e Eli Sebastião cresceram na comunidade do Pombal, no Aglomerado da Serra, periferia de Belo Horizonte. O local onde moravam foi desapropriado para a construção do Parque das Mangabeiras.

Todos os dias, quando Lena e os irmãos chegavam da escola, sua mãe perguntava: “para quantos brancos você cedeu o lugar hoje?”. A questão era uma

maneira de prepará-la para os desafios que a vida traria.

Lena fez o ensino fundamental em escola pública. Depois, no ginásio, estudou em um projeto social de um colégio de freiras no bairro Mangabeiras. Autodidata, foi secretária e recepcionista.

Também atuou como modelo. Certa vez, para participar de um desfile dos estilistas mineiros Ronaldo Brandão e Zeca Perdigão, que saíria em carros pelas ruas de BH, Lena pintou os cabelos de verde-limão. “Ainda morávamos no Pombal. Imagina uma mulher de 1,75 de altura, pegando ônibus por toda a BH com o cabelo verde-limão?”, lembra a irmã, Zora Santos. Para se dedicar à TV, Lena abriu mão dos desfiles e eventos.

O status de apresentadora na Globo não livrou Lena do preconceito. A pressão para que ela alisasse os cabelos era grande. Além da proibição do uso de roupas coloridas, tranças não eram permitidas. Aceitavam somente roupas de cor neutra ou em tons pastéis. Em um restaurante, um funcionário se recusou a servi-la por conta de sua cor. Mas, ainda assim, Lena seguiu com a “coluna reta”, como diria sua mãe.

Certa vez, Lena foi ao Rio de Janeiro para fazer um curso de meteorologia. Seria a “garota do tempo” do Jornal Nacional, ao lado de Cid Moreira e Sérgio Chapelin. Acertou todos os detalhes com a direção, sem ninguém saber, e voltou dias depois. Posteriormente, saiu da TV Globo e se

transferiu para Janaúba, no norte de Minas, onde atuou como radialista. Em sua trajetória profissional, Lena também chegou a trabalhar na comunicação da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor, antiga Febem.

Lena teve câncer e, mesmo afastada da Globo, recebeu todo o suporte da empresa. Morreu em 31 de julho de 1995, perto dos 40 anos de idade, sendo velada no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, localizado no centro da capital. Durante o velório, pessoas em situação de rua entraram no Sindicato e prestaram uma homenagem à jornalista. Lena contava histórias para eles quando os encontrava pelas ruas da cidade. Pouco antes de seu falecimento,

em 1994, a jornalista virou nome de rua no bairro Fernão Dias, em Belo Horizonte.

Mais do que apenas identificar quem são os profissionais negros que atuam no jornalismo no Estado, o primeiro coletivo de jornalistas negras e negros de Minas Gerais tem também como pretensão resgatar a história e preservar a memória dos que nos antecederam. Por muito tempo, muitos não souberam quem foi Lena Santos. Homenageá-la com o nome do coletivo é colaborar para um fortalecimento dos nossos e dos que ainda estão por chegar. 🕯️



Lena Santos,
Acervo da família



Introdução

por Etienne Martins

As pessoas negras ainda continuam sendo convocadas para educarem as pessoas brancas a respeito das violências do racismo e seus desdobramentos no nosso cotidiano social. Trata-se de uma convocação cruel, considerada por Audre Lorde como uma das mais antigas e primárias ferramentas usadas pelo opressor para nos manter ocupados com as demandas de desresponsabilizar o responsável por propagar e manter a hierarquia racial.

Portanto, esse não é um curso, muito menos um material pedagógico que visa educar racistas. Não temos essa pretensão. Esse é um material para quem já é an-

tirracista e se vê continuamente imerso em uma sociedade de herança colonizada e escravocrata, e que nela foi ensinada(o) a naturalizar as inúmeras formas perversas de violências.

Uma dessas tantas formas é o racismo linguístico, que é inerente ao nosso falar. Retirar os jargões e as forças de expressão impregnadas de racismo do nosso vocabulário é um exercício diário que exige muita atenção, disciplina e persistência – mesmo para nós, que estamos há tempos desviando desse feitiço. Feitiço racista este, que demoniza nossas religiões de matrizes africanas, que matam nossos jovens negros, que nos

subalternizam e nos excluem do mercado de trabalho.

Nós, profissionais da comunicação, perdemos as contas de quantas imagens absurdas assistimos nos últimos tempos: fotos de jovens sendo alvejados com 111 tiros dentro de um carro, vídeo de um homem sendo assassinado em um estacionamento de supermercado, vídeo com uma mulher sendo arrastada asfalto afora por uma viatura policial ou imagens de uma criança, vítima da patroa da mãe, que ficou desamparada a ponto de cair do alto de um prédio e morrer.

Nós, especificamente, profissionais do jornalismo negras e

negros, estamos inseridos em um cenário cruel e sem o mínimo de empatia. Em um cenário em que o diretor geral de jornalismo da maior emissora televisiva do país escreveu e ainda vende um livro chamado “Não somos racistas”. Mesmo diante de tantos dados que comprovam a desigualdade social e as injustiças que sempre desfavorecem essa maioria da população brasileira, nos vemos constantemente diante de falas negacionistas dizendo que o racismo não existe ou que é algo criado por negras e negros. Tudo isso porque falar de racismo incomoda quem ouve, quem lê, quem vive. Muitas das vezes o racismo prepara uma armadilha e o racista deixa de ser quem comete o racismo e passa a ser

quem fala que ele existe, quem o denuncia e quem não aceita ser violentado mais uma vez por ele.

Não existe resposta simplista para um problema tão complexo, então, por favor, não continue a leitura se acredita encontrar aqui uma receita pronta, um passo a passo. Aqui propomos uma reflexão conjunta que pode e deve se desdobrar em outras reflexões e atitudes diante de uma estrutura, uma instituição ou uma situação racista.

Aproveita que está lendo esse texto e faz o famoso teste do pescoço no seu ambiente de trabalho. Não sabe o que é isso? Gira o pescoço e olha em torno, analisa quantas pessoas negras dividem o espaço corporativo com você, analisa essa situação

criteriosamente. Observa qual é a função dessa pessoa, a remuneração e qual posição hierárquica ela ocupa.

O primeiro passo é não fazer de exceções regras, é entender a população plural e diversa que existe Brasil afora e não querer minimizar verbalmente os impactos do racismo na vida de pessoas negras, já que dizer que as coisas estão melhorando não transforma realidades.

Conseguiu fazer esse primeiro exercício? Se sim, seja muito bem-vinda e bem-vindo à nossa reflexão. 🧐



**Concentração da
Marcha da Mulher Negra
em Belo Horizonte.**
Maxwell Vilela

O racismo em suas diversas formas

Por Gabi Coelho e Iaçanã Woyames

Racismo é um sistema de opressão que supõe relações de poder de um grupo dominante contra um grupo dominado. A definição simples e direta, explicado por Djamila Ribeiro, é a base para iniciar qualquer reflexão sobre suas diversas formas – linguístico, recreativo, institucional. Como conceito, refere-se a ideologia de ódio, discriminação, negação de espaços e escolhas. Mas apesar de amplamente debatido e teorizado, é muitas vezes negado, principalmente, pela branquitude; e em consequência, tal gesto se

reflete na grande mídia e no trabalho dos jornalistas.

Exemplos não faltam, a começar pela falácia do racismo reverso. Quem não se recorda do assunto quando a rede Magazine Luiza declarou aberta a ação afirmativa pró-negros, no seu Programa de Trainee para 2021, no qual somente pessoas negras poderiam se candidatar? Mas foi uma discussão da sociedade? E o que dizer do espaço concedido ao artigo do antropólogo Antonio Risério na Folha de São Paulo, em 15 de janeiro de 2022? A reflexão que fica, prin-

cipalmente sobre este último, é: por que a imprensa ainda dá palco para esse debate?

Quando falamos no papel da grande mídia, precisamos ainda nos preocupar com a abordagem da falsa simetria. Para além de alguns casos isolados de preconceito e de discriminação, ela é por vezes representada em espaços de provocação para temas complexos, como o racismo estrutural e uma série de outros termos que entraram na retórica nacional, muitas vezes no ato de se comparar situações radicalmente diferentes.

Não há, por exemplo, equivalência entre opressão e liberdade de expressão.

De maneira consciente ou não, é notório observar a forma como as manchetes são escritas e publicadas e a diferenciação na seleção das palavras nas temáticas que envolvem componentes raciais. Por isso, nosso convite com este guia é refletir sobre como a grande imprensa utiliza de seu poder para legitimar e perpetuar o racismo estrutural.

Abaixo alguns conceitos e reflexões sobre o racismo e suas diversas formas:

RACISMO ESTRUTURAL

A negação histórica do racismo no Brasil faz com que muitas pessoas não compreendam que,

quando falamos de racismo, não estamos falando de um ato, mas sim de um processo, de uma estrutura que se encontra presente na base da sociedade. Enquanto sistema, o racismo está presente nas mais diversas áreas de atuação: na saúde, na educação, na oferta de trabalho e serviços, nos dados de nascimento e morte, nas estatísticas...

Em seu livro “Racismo Estrutural”, Silvio Almeida explica conceitos importantes e afirma que o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. “Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que

se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”, o advogado escreve. E continua: “a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a pos-

sibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta”.

Três séculos de escravidão no Brasil deixaram marcas profundas históricas de desvantagens e privilégios pautados na ideia de raça, que se agrava quando somamos o interesse econômico na relação. Entre os exemplos, um recente estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP (Made/USP) revelou que 705 mil homens brancos, que compõem o 1% mais rico da população brasileira, “têm renda maior que a de todas as 33 milhões de mulheres negras no Brasil”, como demarca trecho do

título da reportagem publicada em dezembro de 2021 na Folha de São Paulo.

O termo “racismo estrutural” tem sido amplamente difundido nos últimos anos, algo que é bastante positivo. Porém, ele também tem sido usado como “bengala” para justificar atitudes racistas. Alguém comete racismo e se justifica dizendo que “foi uma fala de racismo estrutural”. Seria um novo “eu até tenho um amigo negro?”.

Neste contexto, é importante destacar o óbvio: racismo estrutural é racismo. Não é menos racismo. Não pode ser usado como se fosse uma justificativa, um atenuante. É um conceito importante, que apoia a reflexão e o debate, porém não é uma sub-

divisão do racismo. E cabe a mídia discutir as questões raciais com a seriedade que elas exigem e sem utilizar subterfúgios para justificar atitudes racistas.

Recorremos novamente a Silvio de Almeida, que escreve: “O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar

do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial”.

RACISMO RECREATIVO

O conceito de racismo recreativo designa uma política cultural que utiliza o humor para expressar hostilidade em relação

a minorias raciais, como evidencia o jurista Adilson Moreira. Quantas vezes a mídia contribuiu com a baixa autoestima da mulher negra ao fazer piadas sobre o cabelo dela? Seja nas imagens estereotipadas nas novelas, filmes ou programas de humor? Isso ocorre quando ela reproduz e legitima atitudes e ideologias étnicas da classe dominante, influenciando na marginalização das minorias raciais.

Entre tantos exemplos, vale destacar, para título de entendimento, artigos e estudos de diversos países abordando a forma racista e sexista como a tenista Serena Williams é retratada pela mídia. No Brasil não é diferente. Alguns comentaristas já se refiram a Serena como

“Serenão”, para evidenciar seu jogo “agressivo”, como se isso não combinasse com o “ser mulher”, como pontua Djamila Ribeiro em seu livro, “Quem tem medo do feminismo negro?”

E por falar em esporte, vale destacar a atuação do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, talvez a principal fonte de pesquisa nacional e internacional sobre o tema da discriminação no esporte brasileiro. O observatório reúne tanto as ocorrências de racismo no futebol como outros atos de intolerância e exclusão que ocorrem nos variados esportes praticados no país.

Em texto publicado em seu site, a iniciativa apresenta reflexões sobre a relação do racis-

mo recreativo e o futebol e cita diversos casos. Entre eles, está um de 2018: “após o empate por 2 a 2 entre o Palmeiras e Linense, pelo Campeonato Paulista, o jogador Edílson Capetinha foi convidado para a edição do Fox Sports Radio. Edílson, que é um homem negro, atribuiu o empate do jogo ao fato que goleiros negros são incompetentes. De acordo com ele, o Palmeiras teria vencido a partida se seu goleiro fosse branco. O goleiro do Verdão no jogo era Jailson, que falhou nos acréscimos e cedeu o empate da equipe de Lins, essa era a evidência que que, segundo Capetinha, concluía que negros não deveriam jogar nessa posição. Na situação, os comentaristas brancos riram histerica-

mente depois que ouviu Edílson utilizar a expressão “goleiro negão”. Um outro questionou seus comentários citando Dida, um dos principais goleiros da história do Brasil. Capetinha atribuiu o fato dele ser “pardozinho” como a teoria que o impedia de ser um atleta de menor valor”.

O caso não é isolado, muito pelo contrário. O humor racista é amplamente aceito socialmente, validado, em muitos casos, pela própria Justiça brasileira. O jurista Adilson Moreira decidiu se debruçar sobre o tema e escreveu o livro “Racismo Recreativo” (Ed. Feminismos Plurais), depois de analisar centenas de decisões judiciais que terminaram na absolvição de pessoas brancas acusadas de injúria racial. Muitas

justificavam ataques verbais racistas como sendo “brincadeira”. “A circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos. Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de forma que oportunidades sociais permaneçam nas mãos de pessoas brancas”.

Já Silvio evidencia: “Outra consequência do tratamento estrutural do racismo é a rejeição de que o sistema de ideias racistas se nutra apenas de irracionalismos. Por certo o folclore, os “lugares-comuns”, os “chistes”, as

piadas e os misticismos são importantes veículos de propagação do racismo, pois é por meio da cultura popular que haverá a naturalização da discriminação no imaginário social”.

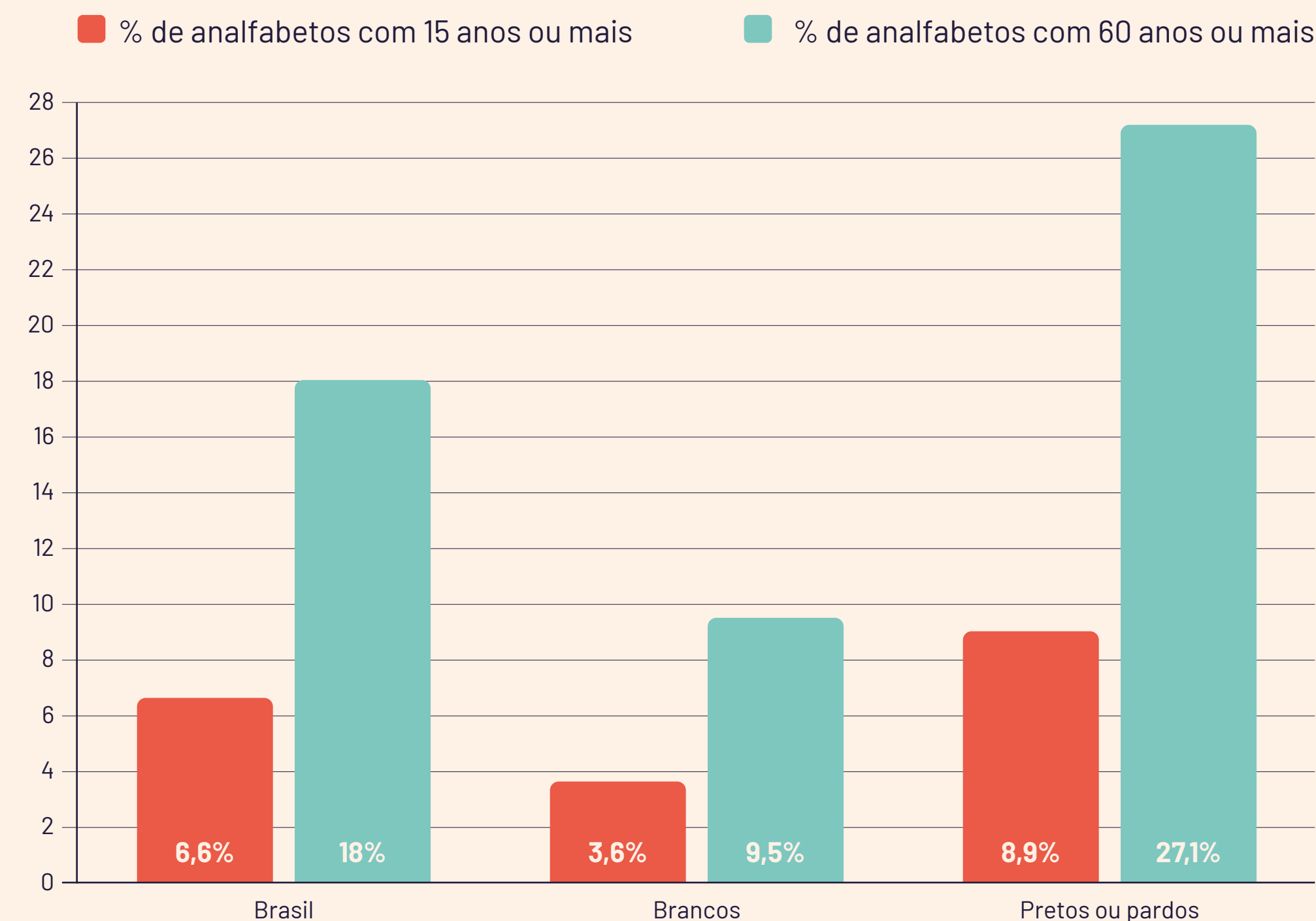
RACISMO LINGUÍSTICO

Quando falamos sobre racismo linguístico, é preciso lembrar que a nação brasileira foi construída sob décadas de escravização e animalização de sujeitos negros. Essa realidade não tão distante ocasionou o seguinte cenário: de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) Contínua Educação 2019, a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas é três vezes maior do que entre brancos.

Isso nos mostra que o instante em que o preconceito linguístico entra em cena, no que se refere à dificuldade de pessoas racializadas terem acesso ao ensino de qualidade e, consequentemente, à tão conhecida norma culta (ou norma-padrão) da língua portuguesa. Infelizmente, nesse contexto, tanto a grande mídia quanto a sociedade, de maneira geral, agem com o intuito de envergonhar ou desmerecer essas pessoas justamente por uma dificuldade de adequação. Estamos então diante do racismo linguístico.

Precisamos frisar também que, de fato, existem situações específicas onde a norma culta deve ser empregada, como na hora da escrita de uma redação

Analfabetismo entre negros é quase três vezes maior do que entre brancos



Fonte: Pnad Contínua 2019/IBGE

dissertativa. Entretanto, isso definitivamente não quer dizer que, nas demais situações, pessoas não-brancas podem ser consideradas ignorantes ou “preguiçosas” por se comunicarem de forma considerada como coloquial ou informal. Esse tipo de tratamento oferecido para essas pessoas demonstra a abrangência do racismo em relação aos mais diversos âmbitos da sociedade.

Sheyla Alves Xavier, pedagoga e mestre em Educação pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), afirmou, em entrevista para o UOL Educação, que o racismo estrutural é justamente o que contribui para a perpetuação das desigualdades entre negros e brancos no

Brasil. Além disso, em relação à escola, a especialista apontou que é possível perceber essas disparidades na formação dos professores: “Não são trabalhadas práticas pedagógicas que evidenciem, que falem e reforcem a identidade negra, para que seja fortalecida a autoestima das crianças negras. “É uma questão que eu percebo como prioritária: a baixa autoestima vai fazer com que muitas crianças não se sintam capazes no ambiente escolar”.

No que se refere a possíveis mudanças para esse cenário, temos que salientar a importância do fortalecimento da educação pública de qualidade e da existência de políticas que incentivem a entrada e permanência de

jovens e crianças na escola, principalmente jovens e crianças negras – enquanto parte de grupos marginalizados e por muitas vezes esquecidos da sociedade.

Há também outros pontos importantes da presente discussão, como, por exemplo, a existência de um processo de regionalização da linguagem, o que nos coloca diante de variações relacionadas com as diferentes comunidades linguísticas presentes nas cinco regiões do Brasil. Outro exemplo bastante corriqueiro está na entrada de jovens negros periféricos nas universidades. A realidade desses indivíduos está diretamente relacionada com regionalismos linguísticos, além de uma grande bagagem de gírias provenientes

da comunicação coletiva, que a universidade nem sempre acessa ou está aberta para acolher.

No momento em que sujeitos racializados fazem uso de diferentes “dialetos” a fim de se comunicar, o racismo linguístico entra em cena e desqualifica essas pessoas. Tudo em prol da urgente necessidade do uso da norma culta criada pelas camadas sociais mais privilegiadas da sociedade – e impulsionada pela grande mídia.

A FALÁCIA DO RACISMO REVERSO

“Quem acredita em racismo inverso crê que há um racismo bom e ideal (o anti-negro) e um racismo mau (anti-branco)”. – Janaína Damaceno

Que o racismo está presente na sociedade brasileira enquanto elemento estruturante, isso boa parte da população já sabe. Após a ascensão de pautas políticas que buscam desacreditar movimentos coletivistas e suas agendas, urge cada vez mais a necessidade de frisar-

mos que pessoas brancas não sofrem racismo, enquanto indígenas, amarelos e negros são os alvos desse crime.

Um exemplo bem didático da realidade que esses grupos raciais estão inseridos foi o caso da já mencionada coluna escrita pelo antropólogo Antô-

nio Risério para a Folha de São Paulo. No texto, Risério tentou desmontar a teoria de que existe racismo estrutural no Brasil, questionando ainda se de fato existe racismo institucionalizado no nosso país: "Para defender essa tolice, nossos militantes são acadêmicos, obviamente. Querem dar um ar de cientificidade à jogada. Mas a verdade é que ninguém precisa contar com um aparelho estatal para ser racista".

Mais adiante, o antropólogo afirma: "E aí? Teremos dois códigos penais? Um código penal dois-pesos-duas-medidas – ou o quê? Ora, racismo é racismo. Venha de quem vier, de onde vier e quando vier. Quem leva isso a sério não deve ser levado a sé-

rio, ainda mais fazendo pose de teórico, cientista, salvador da "raça" ou coisa que o valha."

O presente artigo, em tese aparentemente disponível somente para assinantes, causou grande movimentação entre os internautas e entre os próprios jornalistas da Folha de São Paulo, que lançaram uma carta aberta à direção do jornal com o intuito de criticar a publicação do artigo e seu conteúdo. A defesa de Risério baseou-se na afirmação de que em momento nenhum utilizou-se do termo "racismo reverso". Não foi necessário. Ao ler o que o colunista escreveu já foi possível perceber a relativização do racismo e a sinalização de um "mesmo tipo" de preconceito sofrido por pessoas brancas.

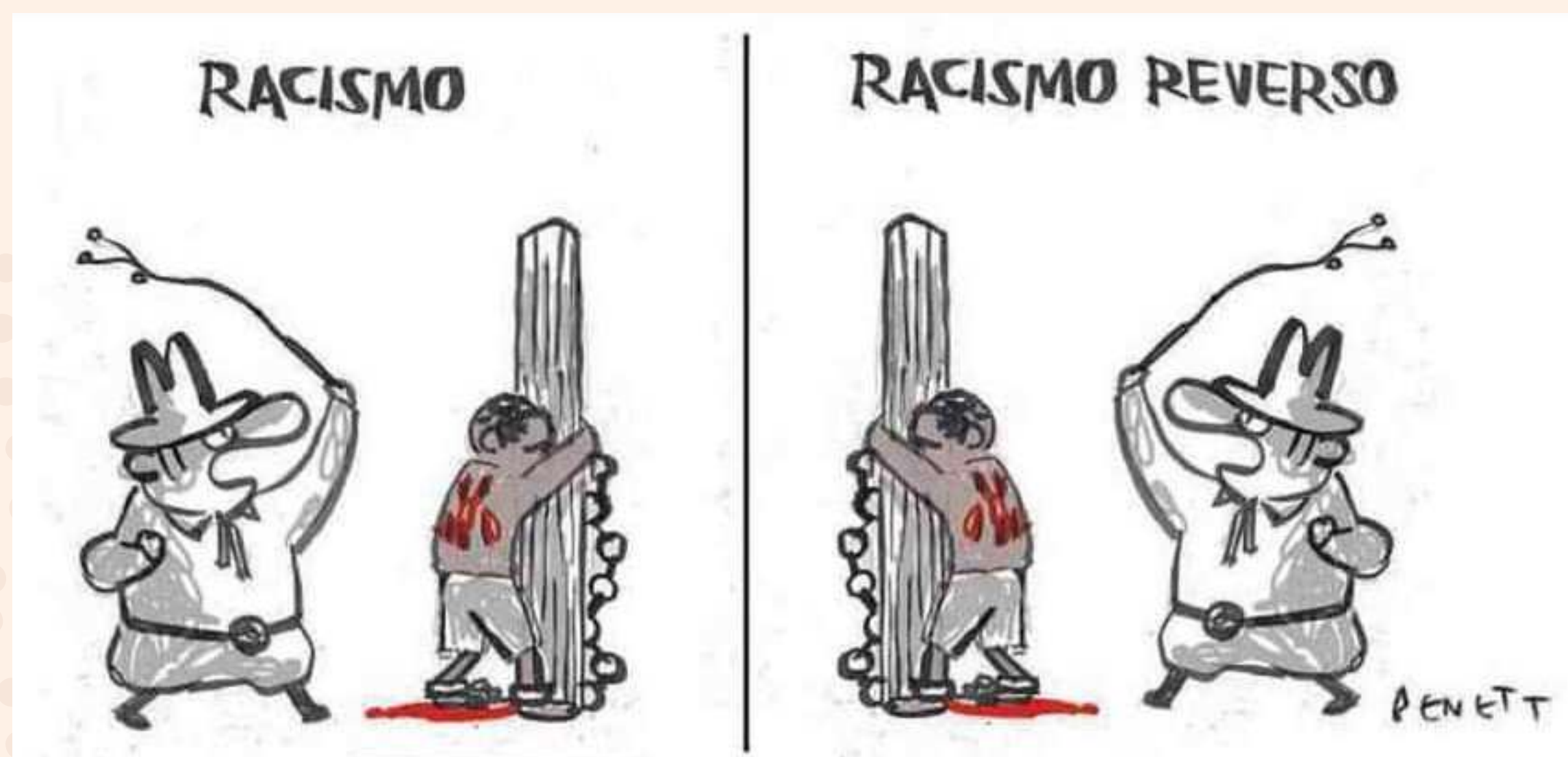


Imagem: Reprodução | Folha de S.Paulo

Em mais de uma ocasião recente, a Folha publicou artigos de opinião ou colunas que, amparados em falácias e distorções, negam ou relativizam o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira. Esses textos incendeiam de imediato as redes sociais, entrando para a lista de mais lidos no site. A seguir, réplicas e tréplicas surgem, multiplicando a audiência. A controvérsia então se estanca e morre, até que um novo episódio semelhante surja.

Trecho da carta aberta. Fonte: Portal Migalhas.

Quantos Risérios habitam o seio deste país e pensam exatamente a mesma coisa? O racismo é uma prática odiosa, agressiva, fatal e é considerado crime de acordo com a Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Não é viável que, em pleno século XXI, precisemos ressaltar a importância de reprovarmos atitudes como a de Antônio Risério. Racismo reverso não existe. Pessoas bran-

cas não são oprimidas e discriminadas por simplesmente serem brancas. Tal sistema de opressão é uma falácia. Relativizar o racismo é conformar-se com um sistema que mata pessoas negras todos os dias, em diferentes lugares do mundo.

O próprio Coletivo Lena Santos repudiou veementemente o artigo e enviou ao veículo uma carta. Nos parece oportuno fi-

nalizar esse texto com um dos trechos do documento, cuja íntegra pode ser acessada no perfil do coletivo no Instagram:

“Numa postura intelectualmente desonesta, usam-se das exceções para sustentar argumentos equivocados a respeito das questões raciais no Brasil. Como nos ensinou a historiadora Maria Beatriz Nascimento, o racismo é ‘um emaranhado de sutilezas’. A construção da ideia de um ‘sujeito universal’, como argumentam, entre outros, o filósofo camaronês Achille Mbembe, é um instrumento importante da modernidade para determinar o que se compreende até hoje como civilização. O sujeito universal, como construto de um pensamento eurocêntrico,

oculta seus marcadores identitários, mas ele é predominantemente branco, cisgênero e masculino. Ao ocultar-se como identidade, esse sujeito universal se constitui como sinônimo de humanidade e nomeia/subalterniza os que não são como ele, chamando de ‘outros’ (ou, mais contemporaneamente, ‘identitários’). E essa medida da humanidade sustenta o que compreendemos como sociedade. Para além de se manifestar nas relações interpessoais, o racismo é estrutural, epistêmico, institucional e, portanto, sustenta a dinâmica complexa da vida – sobretudo em nosso país.

Num país de abolição mal feita e que ainda não reviu amplamente, de maneira séria e críti-

ca, seu passado escravagista, o inimigo imaginário de grande parte da classe média branca brasileira é negro, jovem e mora na periferia, ou a mulher negra raivosa, ou ainda os ativistas que apontam que a desigualdade se estrutura a partir de identidades (a branca, a cisgênera e a masculina, sobretudo). E, num mundo em que lugares de poder – e postos de trabalho – diminuem, a disputa se acirra e os marcadores da hierarquia social se revelam – como no espaço dado aos colonistas que aqui criticamos. Na segunda década deste século, vimos aumentar consideravelmente a quantidade de pessoas negras nas universidades, nas dinâmicas de pertencimento e consu-

mo da classe média e em outros espaços de poder. O combate à desigualdade – tão defendido pelo campo progressista neste país – implica, entre outros pontos, na problematização do “sujeito universal” como sinônimo de humano e “merecedor” de seu lugar de poder e, de maneira mais pragmática, esse combate resulta necessariamente na diminuição de espaços de quem antes era onipresente e não era pressionado a questionar seus privilégios – ou sua identidade. O aumento do tom – racista – inclusive no campo progressista nos últimos anos decorre da ameaça de perda de espaço de quem se considera ‘universal’. ‘Somos todos humanos’, dizem, desde que não problematizem seus privilé-

gios – ou sua identidade. Mas a mudança é inevitável e irreversível – por mais que os ataques com argumentos desonestos e racistas tentem apontar o contrário. Lélia Gonzalez bem apontou que ‘o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira’. A partir da psicanálise, Lélia (que era uma profunda estudiosa de Lacan) nos ensina como opera o recalque – sobretudo na linguagem – construindo ‘modos de ocultamento do sintoma’, ou seja, do racismo, e construindo mecanismo de culpabilização das vítimas. Num artigo de 1984 ela criticava – como boa parte do Movimento Negro – o ‘mito da democracia racial’ e os contra-argumentos (racistas)

que localizavam o debate racial como algo endógeno, ou ‘coisa de americano’. Assim como o psiquiatra martinicano Frantz Fanon, Lélia também argumentou sobre a ‘lógica do branqueamento’ como um mecanismo de dominação passível de ser internalizado inclusive por algumas pessoas negras que passavam a defender ‘a reprodução dos valores brancos ocidentais’. Gostaríamos de desafiar esses colonistas/colaboradores, que se posicionam no debate público a partir do ataque à história dos negros, a algumas respostas ou talvez reflexões. Quantas vezes eles foram parados pela polícia? Quantas vezes a polícia apontou a arma para a cabeça deles? Quantas vezes perderam

oportunidades de trabalho pela cor da pele? Quantas vezes foram seguidos por seguranças em qualquer comércio? Quantas vezes faltou comida na mesa da casa deles? Talvez eles não saibam ou, simplesmente, não querem enxergar, mas essas perguntas refletem a realidade da maior parcela da população brasileira; 56,3% são auto-declarados negros, de acordo com o IBGE”.

A carta, assim como o texto, reforça o interesse do coletivo por um diálogo franco e aberto sobre a questão racial. Uma luta que passa pela maior participação de negros nas redações e em cargos de chefias para tentar acabar com o desrespeito à nossa história. 🗣️





Sueli Carneiro, fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, é considerada uma das principais intelectuais para se pensar o feminismo negro no Brasil.

Brasil de Fato



Como diversificar fontes negras

por Queila Ariadne

Se você é jornalista negra ou negro, certamente já foi consultada ou consultado por colegas a respeito de questões sobre o racismo. Se você é jornalista branca ou branco e, em algum momento apurou uma pauta sobre o tema, com certeza consultou colegas negros. Agora, proponho um rápido e simples exercício: saia um pouco da posição de repórter e se coloque no lugar de quem está recebendo a notícia. Quantas vezes você viu uma fonte negra dando entrevista sobre um assunto que não seja racismo?

Se você respondeu “poucas”, tente novamente, mas agora desconsiderando jogadores de futebol e outros atletas, além de astros da música ou do cinema e da TV. A chance desse “poucas vezes” ter virado “quase nunca” é enorme. E é exatamente por isso que precisamos urgentemente refletir sobre as consequências e sobre as causas da invisibilidade de fontes negras.

Ainda no clima de ‘pequenos exercícios, grandes reflexões’, lá vai mais uma perguntinha: por que as fontes negras aparecem tão pouco em entrevistas? A res-

posta tem raízes históricas óbvias – ou pelo menos deveriam ser –, com os efeitos devastadores da colonização e suas as constantes tentativas de ‘emudecimento’ do povo negro.

Raízes tão fortes que nenhuma abolição conseguiu cortar. Raízes tão entranhadas, que ainda hoje brotam em estatísticas de uma desigualdade cruel que indicam que pessoas negras têm menos acesso à educação e, conseqüentemente, menos acesso às vagas de maior remuneração no mercado de trabalho.

No corre-corre das redações,

quando um jornalista precisa consultar um especialista, ele procura a referência no assunto, mas também corre contra o tempo e prioriza a referência disponível dentro do tempo do deadline. E, voltando às estatísticas, tem muito mais branco se formando no ensino superior. Isso reflete diretamente nas fontes disponíveis, e cabe ao repórter diversificá-las.

Você se lembra de já ter sido atendida ou atendido por algum médico ou dentista negro? Se sim, me passe o contato. Aliás, espalhe o contato. A partir daqui a conversa será sobre o seu compromisso, como jornalista, de espalhar a representatividade, de dar voz aos negros exatamente na posição na qual eles são especialistas, ou seja, absolutamente todas.

Um bom começo para empretecer a cobertura e tornar o jornalismo mais plural é recorrer a bancos de fontes negras. Um ótimo exemplo é o “Entreviste um negro”, criado pela jornalista carioca Helaine Martins, falecida em 2021. A ideia é muito simples e fácil de ser replicada. Helaine criou um banco de dados para conectar profissionais negros a comunicadores. Uma ação que pode ser facilmente adotada tanto em redações, que podem criar e compartilhar com os profissionais seus próprios bancos de dados, como também em uma assessoria de imprensa, seja de pequenas ou grandes instituições.

Dessa forma, quando você entrar em contato com uma uni-

versidade, por exemplo, em busca de um especialista, você pode perguntar: tem alguma fonte negra que possa falar sobre esse tema? Assim, você mesmo poderá construir um banco de referências para entrevistas.

Para que a função de diversificar as fontes negras seja cumprida, o seu papel social como jornalista não pode terminar na construção de um banco próprio com nomes aos quais apenas você terá acesso. Compartilhe sempre.

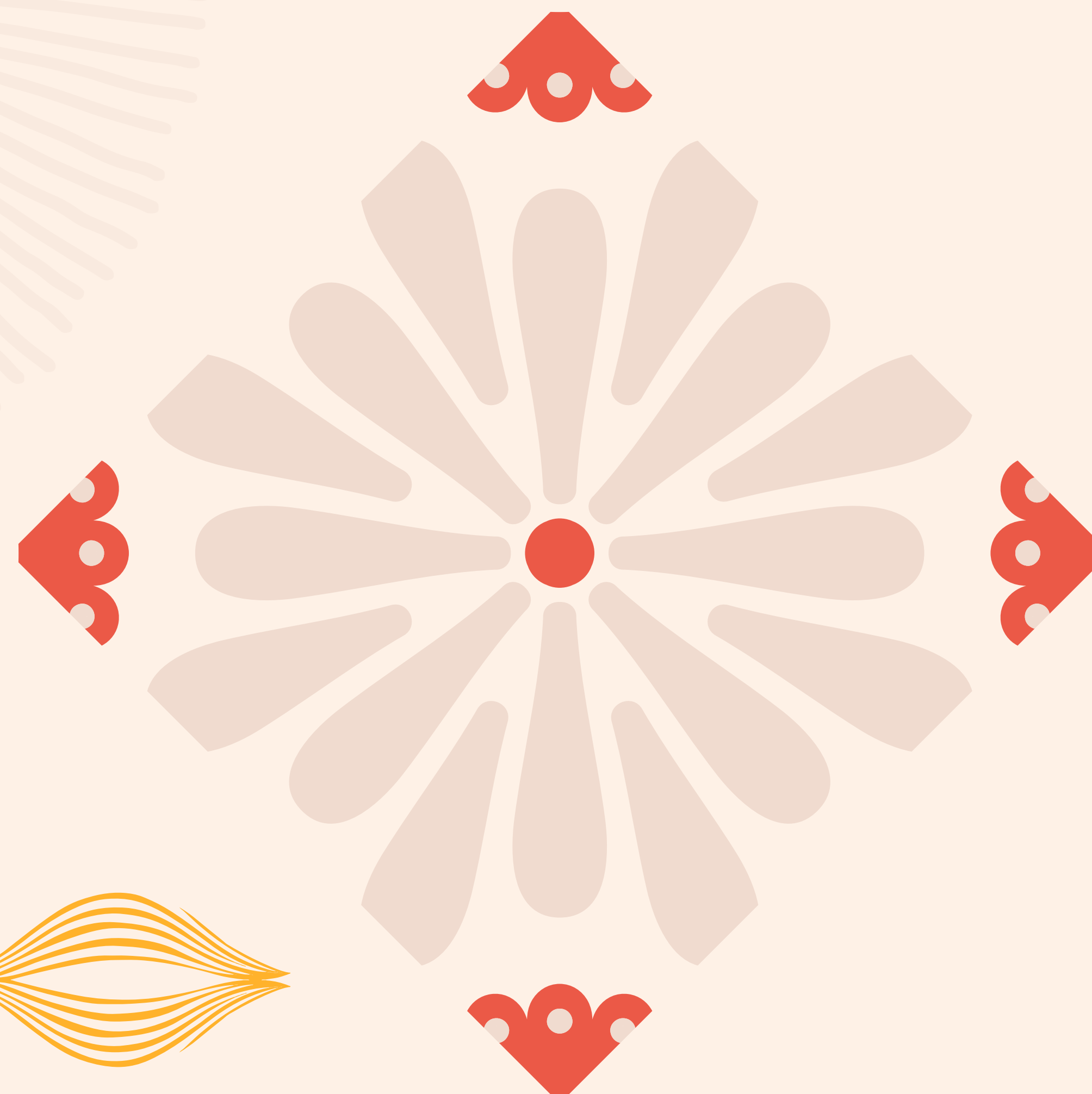
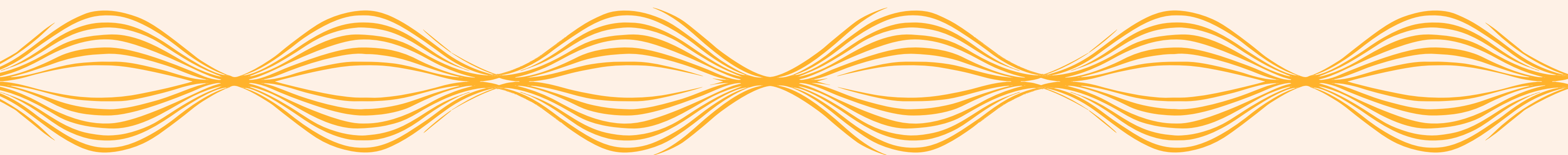
Em redações, é muito comum a troca de fontes entre colegas. Aproveite cada oportunidade para sugerir uma fonte negra e, assim, você vai fortalecer uma voz. Porque quando você faz ecoar uma voz negra, você também

ecoar um olhar diverso e constrói um jornalismo plural.

Mas como formar esse cadastro? Além dos já citados bancos de dados prontos, é totalmente possível criar seu próprio banco de fontes, na linha “faça você mesmo, mas nunca sozinho”.

E seguindo a sugestão de compartilhar sempre, fica aqui a dica de uma prática que eu exerço há algum tempo e tem dado resultados efetivos. Até batizei como “Teoria do 2 por 1”. Toda vez que você for entrevistar uma fonte negra, seja personagem ou especialista, peça para a pessoa te indicar outra fonte negra que também fale sobre aquele ou outro assunto. Anote, registre e compartilhe esses nomes para empretecer o jornalismo.

Procurar fontes negras para repercutir racismo é fundamental, é ponto de partida, mesmo porque é através daquele olhar que a história poderá ser contada com a sensibilidade de quem sentiu na pele. Entretanto, só isso não basta. Não basta que o jornalismo fale sobre o racismo, ele precisa, acima de tudo, ser incansavelmente antirracista. E ser antirracista é dar aos negros e negras uma voz igual. 🗣️





Conceição Evaristo, linguista e escritora brasileira, é autora de Ponciá Vicêncio e Olhos D'água, entre diversas poesias, contos e ensaios.

Divulgação

Quando a pauta não é racismo, onde estão as pessoas negras?

por Tatiana Lagôa

O título deste texto traz uma pergunta com resposta incômoda, quase óbvia, dentro do contexto de uma sociedade racista, e que diz muito sobre a necessidade do debate entre jornalistas, sejam eles negros ou não. Afinal, até que ponto os vieses inconscientes, ou em bom e simples português aqueles preconceitos enraizados, contam na construção de uma notícia? O que podemos e estamos fazendo para quebrar estereótipos

dentro desse espaço privilegiado que ocupamos, de vozes ouvidas por muitas pessoas? Como propor, fazer e ser a mudança dentro das redações para, em um trabalho de “formiguinha”, melhorar realidades?

Logo de início, já aviso que esse texto não tem a intenção de trazer a resposta pronta para todas essas questões. Seria muita pretensão acreditar que em poucas linhas daria para esgotar um debate que já dura gerações

e que, muito provavelmente, vai seguir por várias outras. Somos e estamos em uma sociedade em construção que precisa colocar os tijolos no rumo certo para não ruir.

Poesias e longos parênteses à parte, vamos ao que interessa: onde pessoas negras são retratadas no nosso jornalismo diário? Para embasar esse debate, analisei as fotos presentes nas capas de dois portais de notícia nacionais, por volta das 17 horas, no dia

14 de julho de 2022. O meu objetivo com isso foi trazer elementos, quase provas, daquilo que já observo na prática e não somente nesses veículos usados como exemplos aqui. Aliás, como é um debate muito amplo, opto por não citar as empresas analisadas para não soar como uma crítica a algum trabalho específico. Mas, em resumo, a maior parte das notícias destacadas nas capas analisadas têm como fontes e personagens pessoas brancas, principalmente quando o assunto é política. Já em matérias que retratam fome, dor, sofrimento e crime têm uma predominância negra.

Em um dos veículos analisados, no momento em questão, tinham cerca de 70 notícias com chamadas na capa dos mais di-

versos temas. Entre as aproximadamente 40 fotos destacadas na página principal, estavam nomes de relevância política nacional e internacional, artistas e personagens anônimos que ilustravam as histórias contadas. Mas, dessas 40, apenas cinco imagens traziam pessoas negras. Uma delas mostrava um jogo de futebol, onde alguns dos atletas em campo eram negros. Aqui, a gente já pode lembrar que não é necessariamente uma novidade pretos se destacarem no mundo da bola. Aliás, esse é um dos espaços onde pessoas negras têm um maior nível de aceitação - apesar de não excluir os casos de racismo, com ataques frequentes.

Outra foto é de uma mãe com o filho no colo, presente em uma

matéria que falava sobre a existência de 10 milhões de crianças que sobrevivem em famílias com renda mensal de R\$ 300. Logo abaixo, em outra matéria, uma mão negra, com as unhas sujas, segurava um prato vazio. O texto falava sobre uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul absolver dois homens acusados de furtarem comida vencida que seria jogada fora por um supermercado. A foto não era dos personagens, e sim uma imagem aleatória que remetia à fome. As duas imagens que cito nesse trecho têm como ponto comum o fato de dizerem sobre a extrema pobreza. É real que a população mais sofrida economicamente em função da falta de oportunidades e acessos é a negra. Aque-

las duas imagens não mentiam sobre o quadro do país.

Mas, como a proposta é trazer a reflexão, o que deve incomodar em um primeiro momento é quando questões ligadas à escassez são naturalmente associadas à negritude. A matéria sobre o furto de comida vencida não citava que os envolvidos no caso eram negros. A foto, portanto, já que seria uma qualquer para ilustrar a situação, poderia também ser com pessoas brancas. A segunda questão é estrutural: algo precisa ser feito para reverter o quadro de pobreza no qual uma parcela considerável das pessoas negras se encontra no Brasil. Essa última mudança não depende dos profissionais de comunicação diretamente, mas precisa ser leva-

da em conta quando analisamos qualquer cobertura jornalística. Afinal, se 70% das pessoas que passam fome no Brasil são negras, segundo dados recentes da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a tendência é que pessoas pretas sejam as personagens de matérias com essa temática. Qualquer análise que não leve a realidade do país em consideração também não é justa.

A outra pessoa negra que ganhou destaque nesta capa foi a designer de interiores Kathlen Romeu, grávida e morta na zona Norte do Rio de Janeiro com um tiro. A matéria falava da denúncia apresentada pelo Ministério Público contra policiais militares acusados de serem os

responsáveis pelo disparo da arma. Logo em seguida, vinha a foto da Miss Minas Gerais Kids, uma mineira de 4 anos, negra e linda, que sofreu ataques racistas nas redes sociais. Dois casos diferentes, mas com o mesmo pano de fundo. Ambas são vítimas do racismo estrutural presente em nosso país e dividem, em proporções diferentes, as consequências de viverem em um local onde pessoas negras são alvos de violências físicas e verbais diariamente. A pergunta que eu faço aqui é: essas notícias deveriam estar na capa? Ao meu ver, sim. O racismo precisa ser divulgado e estampado nas capas de todos os jornais como uma estratégia de combate.

Só que, como toda moeda tem dois lados, é preciso problematizar a naturalização dos corpos negros como alvos de violência. E aqui dá um nó. Afinal, como escancarar um problema social sem falar nele? Impossível. Logo, a publicação dos casos não é o problema. O erro mesmo é não trazer também histórias que mostrem as outras realidades vividas pela população negra. Ser preto no Brasil é sofrer violência? Também. Mas é também trabalhar e se destacar em diferentes áreas, criar coisas, estar envolvido em grandes feitos que merecem ser contados, e colaborar com a cultura do país. Se é tudo isso, qual a razão de a parte de notícias desse portal relacionada a entretenimento, por exem-

plo, não ter nenhuma foto de alguém negro no horário analisado? Qual a explicação para a foto aleatória escolhida para falar sobre inscrição para o vestibular da Fuvest ter uma sala de aula com uma aluna branca, e não negra? O negro não pode ser retratado como ocupante de cadeiras em ensino superior? Como jornalista atuante em redação, eu digo que o profissional responsável pela postagem dessa matéria não necessariamente duvidou da capacidade de pessoas negras durante a escolha. O uso dizer, sem nem checar o autor do material, que até pode ser alguém que é, inclusive, contrário à discriminação racial no país. Só que, na correria do dia a dia, questões como essas aqui levantadas não são

problematizadas. Aquela deveria ser só mais uma foto de dezenas que ele postou em um dia de trabalho. Só mais uma e ponto. Sem questões sociais, raciais e existenciais por trás dela.

Lembra que lá em cima no texto eu perguntei sobre os vieses inconscientes? Eles atuam justamente no momento em que temos que tomar uma decisão rápida, como qual a foto que melhor ilustra uma situação, e decidimos com base no que ouvimos ao longo da vida. E temos várias mensagens verbais ou não verbais apontando, por exemplo, que a cor da fome é preta. Não só da fome, como do crime e da marginalização. E, quando estamos ali, no trabalho, prestes a subir uma foto, essa imagem registrada no

subconsciente baliza a decisão. Assim, no automático.

Somos todos racistas por isso? Não acho. Mas somos sim frutos de uma sociedade preconceituosa que nos manda mensagens indiretas sobre qual o perfil é visto como mais profissional e deve, por exemplo, estampar páginas de negócios. Até as poses costumam ser padronizadas – homens de negócios cruzam os braços quase sempre – porque as regras do jogo social determinam e fazem parte do que somos, vivemos e expomos. E exatamente por isso é preciso nos questionar. É preciso levar essa semente da dúvida para outros colegas da área para que, juntos, possamos quebrar essas visões es-

tereotipadas sobre o mundo, as pessoas e a vida.

O outro portal de notícias analisado no mesmo horário também tinha cerca de 70 notícias destacadas na capa, com 35 fotos. Nesse veículo, o Brasil pareceu ser um pouco mais branco do que no outro, uma vez que foram postadas apenas duas imagens com pessoas negras. Uma delas é a de Kathlen, a grávida assassinada também citada no portal anterior. A outra é uma menina de costas sendo vacinada. A matéria era sobre o início da vacinação de crianças de 3 e 4 anos contra a Covid-19 no Rio de Janeiro. Apesar da pouca representatividade, um ponto positivo desse portal foi o de ilustrar uma matéria não relacionada a

crime, morte e sofrimento com uma criança negra. Mas ainda é muito pouco dentro de um escopo de dezenas de imagens.

Caminhando para o fim da nossa reflexão, ressalto que devemos traçar estratégias para que o jornalismo cumpra o papel social importante de ser um braço a favor de uma sociedade antirracista. Se já sabemos que somos partes de uma grande teia social, que nos cega quando o assunto é tratamento racial desigual, o primeiro passo é refletir, ler, estudar, entender o contexto. Não existe mudança sem conhecimento. Óbvio que é impossível pensar em melhorias se não enxergarmos o problema.

Passada essa fase, é hora de agir. Uma estratégia interessan-

te e justa é já pensarmos de imediato quais as fontes damos voz. Temos especialistas negros de todas as áreas. Então, por qual motivo insistimos em ouvir só os brancos? Dá para sair do automático e diversificar os entrevistados, de modo a “colorir” os noticiários. Outro ponto de atenção, antes de postar qualquer conteúdo, é se perguntar sobre a existência de alguma visão preconceituosa. Simplesmente não dá para aceitar que uma pessoa foi morta pela polícia e escrever a justificativa batida de que a vítima estava em atitude suspeita. E não dá porque a atitude suspeita também tem cor no nosso país, e ela é preta. O jornalismo não consegue frear o tiro que mata diariamente os jovens negros de

periferia, mas pode ser um instrumento de questionamento dessa realidade e de pressão pública por igualdade.

Ao mesmo tempo, não dá para ignorar que algumas discrepâncias sociais acabam, obrigatoriamente, sendo refletidas nas páginas de jornais. É o que ocorre, por exemplo, no noticiário político, território historicamente dominado por brancos. Como prova disso, dá para citar as eleições municipais de 2020, quando só pouco mais de 5% dos eleitos eram declaradamente pretos. Então, é desafiador trazer histórias de pessoas pretas em um ambiente em que elas são minorias esmagadoras. Por isso, é preciso ampliar o olhar para além dos políticos na co-

bertura jornalística. As demandas sociais e da sociedade civil organizada também são formas de se fazer política e dizem muito sobre o que as pessoas pensam a respeito do poder constituído. Essa pode ser uma das alternativas para se cobrir o tema dando voz a públicos diversos.

Mas esses são apenas alguns exemplos. A verdade é que não existe fórmula, e as estratégias de ação estão sendo pensadas por grupos como o Coletivo Lena Santos. É justamente por isso que guias antirracistas como este são passos importantes rumo a um futuro quando, sonho eu, não teremos mais que problematizar a igualdade, porque ela vai existir por si só. 🗣️



O dramaturgo, artista plástico, político e filósofo Abdias Nascimento, uma vez descrito como o mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX, como ressalta o lpeafro.

Elisa Larkin Nascimento

Quem são os negros que você assiste na TV?

por Coletivo Lena Santos

Palavras, sons, imagens, cenas... A televisão faz parte dos lares brasileiros. Sim, até para aqueles que se dizem avessos a ela, é impossível negar que ligar a TV para ver jornais, filmes e novelas é programação fixa no país. Os veículos de mídia têm importância e impacto nas nossas vidas, e todos os conteúdos produzidos e exibidos vão além das imagens e sons. Eles carregam em si reflexos e reflexões da nossa sociedade, pensamentos, culturas, opiniões, visões de mundo, e por aí vai. E é justamente por ser algo fortemen-

te cultural que a televisão consegue influenciar e, por vezes, condicionar a forma como enxergamos a nós mesmos, os outros e o mundo em que vivemos.

Por aqui vamos falar, especificamente, sobre a representação de pessoas negras dentro do jornalismo audiovisual, ou seja, nos jornais de televisão. Portanto, se você está acostumado a ligar a TV para ver os noticiários, se acomode no sofá, na cadeira, e desbrave também essa leitura. Para começar, duas perguntas simples, mas fundamentais:

- Como as pessoas negras são retratadas nos telejornais?
- Você enxerga o quanto o racismo, ou traços dele, estão sendo gravados e veiculados na mídia, todos os dias?

ESCRAVIDÃO NA TELINHA

Século XXI, muita coisa mudou... Mudou mesmo?

Se durante o período da escravidão pessoas negras eram carimbadas com rótulos e posições específicas, atualmente, na televisão, esse modelo cruel e bem demarcado se perpetua.

Existe uma predominância de narrativas que ajudam, e muito, para dar visibilidade e também naturalizar a permanência de pessoas negras na marginalidade, subalternidade, invisibilidade e, sobretudo, em posição de inferioridade frente às pessoas brancas.

Um exercício. Mentalize a “principal” voz do jornalismo brasileiro, aquela que entra de segunda a sexta na sua casa, antes da novela das nove. Lembrou?! Agora leia: “Ministério Público investiga morte de homens negros durante abordagem da polícia militar em Minas Gerais e na Bahia”; “Polícia de São Paulo investiga denúncia de injúria racial e agressão a mulher negra em

prédio”; “O garoto Miguel Otávio, de 5 anos, morre ao cair do 9º andar de um prédio de luxo no Recife”.

Qual surpresa você teve ao ler isso? Qual surpresa você tem ao ver essas reportagens nos telejornais? Em todos esses casos e na maior parte dos outros que assistimos, o lugar do negro está bem delimitado, ou seja, tudo continua na normalidade. Fora dos contextos estereotipados, a população negra, salvo raras exceções, não existe na mídia. Se não estiver em situação carente, criminal ou marginalizada, essas pessoas não têm voz ativa para dar depoimento, porque elas não são a principal escolha imagética nos noticiários –

a preferência continua dominada pela pele clara.

“Ah, mas hoje não é mais assim. Temos jornalistas negros, matérias positivas, não é só sobre violência”, alguns podem questionar. Veja bem... Segundo o último censo do IBGE, as pessoas negras representam mais da metade da população brasileira. Logo, é necessário pensarmos em proporção. Se a maior parte das matérias ainda preserva o lugar de normalização da violência contra pessoas negras e reforça estereótipos construídos na escravidão, é porque algo ainda está muito errado. As reportagens “positivas” que assistimos condizem com a grande massa que segue na invisibilidade?

Agora, vamos voltar ao nosso exercício. Mas, dessa vez, não precisa mentalizar aquela voz. Apenas leia e tente imaginar as reportagens. “Jovens vencem concurso estudantil e viajam para os Estados Unidos”; “Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que idosos estão vivendo mais e de forma mais saudável”; “Cresce o número de brasileiros que estão fazendo viagens internacionais”. Bem, me diz a verdade. Em qual dessas reportagens você visualizou pessoas negras sendo entrevistadas? Se sua resposta foi “nenhuma vez”, eu compreendo. Como essas imagens farão parte da sua mente se o jornalismo televisivo ainda não retrata pes-

soas negras em situações “comuns”, do dia a dia?

Se a população negra não está inserida nos “personagens da vida real”, onde ela se encaixa nas reportagens televisivas? Hoje, é possível ver que essas pessoas estão destinadas a dois espaços específicos: o criminoso, carente, vítima de violência, ou o cidadão de sucesso que serve de exemplo de superação para os outros. Cuidado com essa cilada, porque ela pode dar uma falsa sensação de que negros estão bem representados ou de que estão mais presentes nos noticiários. Além de perceber a quantidade, é fundamental avaliar quais posições essas pessoas ocupam quando são televisionadas.

Se pessoas negras ganhassem visibilidade na televisão como personagens da vida real, em situações comuns do cotidiano e sem referência alguma à sua raça, essa mensagem ganharia força. E, assim, uma nova narrativa começaria a ser construída. Nela, pessoas negras seriam reconhecidas – pasmem – como seres humanos de direito, como todos os outros. Assim, estereótipos violentos começariam a ser quebrados com a ajuda dos telejornais.

QUEM PRODUZ?

A maior parte dos núcleos de jornalismo de televisão é formado por pessoas brancas. Portanto, é fundamen-

tal pensar sobre quem está produzindo, em todas as etapas da cadeia de produção, as matérias que vão ao ar. Se as redações são ocupadas por pessoas brancas e de classes sociais mais altas, logo, os conteúdos vão reforçar e reproduzir o que elas pensam e como enxergam o mundo. E se o racismo está nas estruturas, consequentemente os conteúdos estarão impregnados pelo preconceito. É desses grupos sociais que nascem os discursos que colaboram com o racismo contra a maior parte da população, formada por pretos e pardos.

Outro ponto que colabora para a manutenção desse padrão é que os jornalistas pro-

curam fontes e personagens fazendo contato com seus colegas, amigos e conhecidos. E se essa rede é formada por pessoas brancas, logo as indicações serão de... Pessoas brancas.

Dessa forma é possível constatar, mesmo que isso fira alguns, que o jornalismo de televisão é racista e reproduz padrões racistas. Calma! Vamos nos explicar. Essa constatação prioriza o fato de que o racismo está impregnado nas estruturas, portanto, sua reprodução é “natural, praticamente orgânica”. Mas sabemos que muitos jornalistas brancos se interessam em analisar questões mais profundamente e não se omitem. O problema é que eles ainda

são a minoria. Diante disso, infelizmente, a constatação necessária a se fazer é que a imprensa ainda é conivente com a reprodução do racismo na sociedade brasileira.

O que temos visto atualmente nas televisões indica avanços significativos, não podemos negar. Mas, ainda não estamos nem perto do que seria o modelo ideal. Para competir com 300 anos de escravidão é preciso mais.

REPRESENTATIVIDADE: A SOLIDÃO DO NEGRO ÚNICO

Me diz o nome de um jornalista negro reconhecido nacionalmente na televisão? Faça essa pergunta e a maior parte das pessoas vai dizer, sem pes-

tanejar: Glória Maria, a primeira mulher negra a romper inúmeras barreiras na televisão brasileira. Mas você já parou para pensar por quantos anos ela foi a única jornalista negra a fazer reportagens de televisão, dentro de uma emissora de canal aberto, no Brasil?

De forma resumida, é importante entender que, ao olhar para as televisões, essa “regra do negro único prevalece”. Se um jornal já tem um repórter negro, por que outro? Se o apresentador é negro, por que ter mais um? Alguns veículos, atentos ao movimento social de cobrança por mais espaço, já estão se adequando. Mas, ainda assim, é nítido o fato de que poucos jornalistas negros e negras ocupam

posições de repórteres, apresentadores e âncoras.

Quando essa exceção acontece e o profissional negro consegue uma ocupação de destaque no telejornal, isso tende a ter dois lados. Em um, esse fenômeno ocorre para simular uma falsa democracia racial brasileira – ou seja, transmite-se a ideia de que a TV é um lugar de todos.

Por outro, é também essa minoria que tem conseguido, estrategicamente, fomentar novos pensamentos, formas de fazer, além de conscientizar os telespectadores sobre o peso de transformação causado pela representatividade. Esse é um grande e importante passo para maior visibilidade positiva nos telejornais.

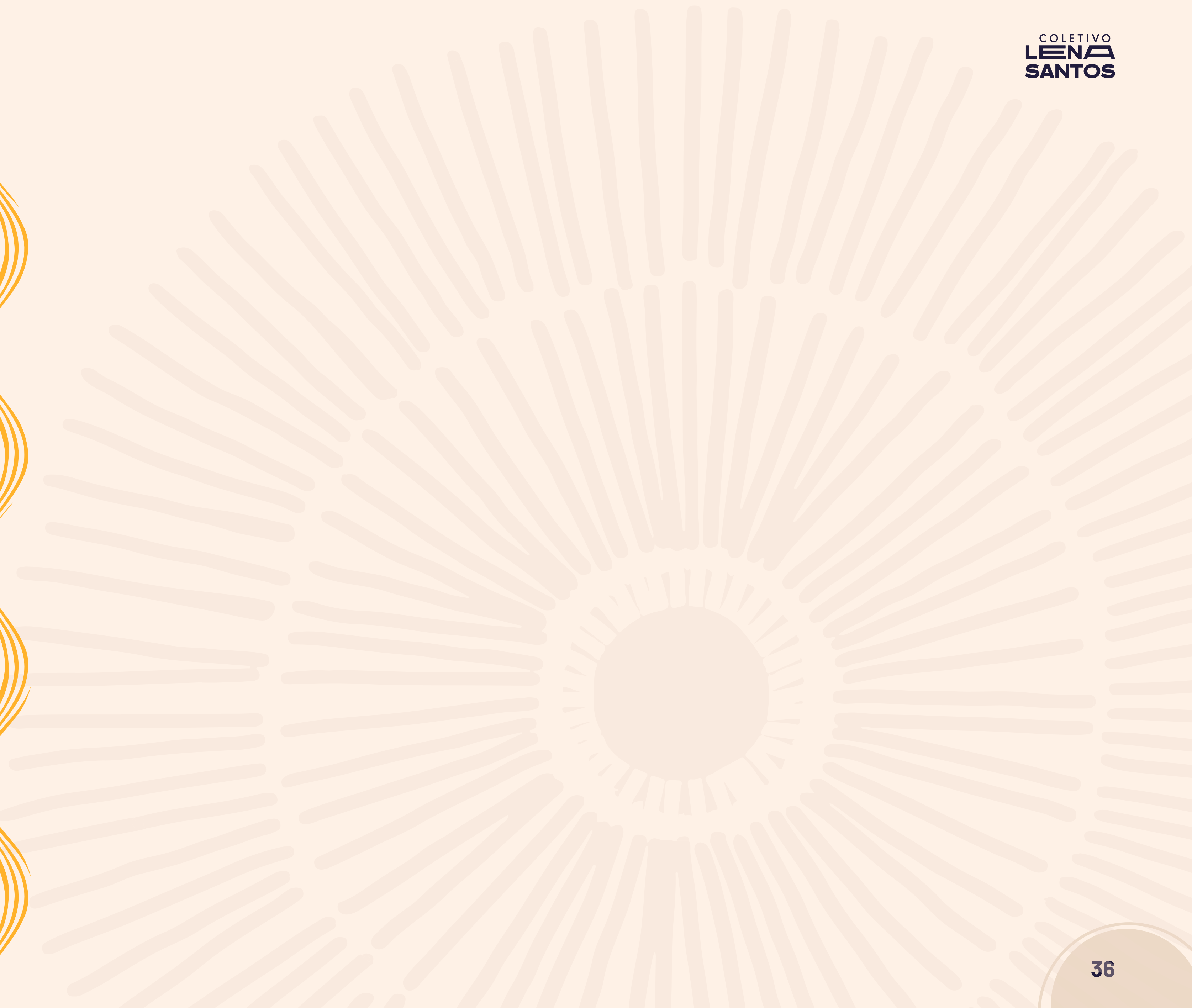
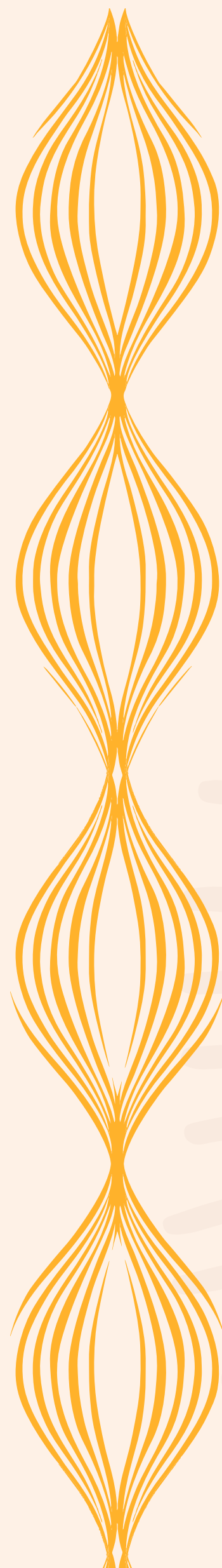
COMO MUDAR ESSA NARRATIVA?

Existe uma resposta óbvia, porém difícil de ser executada. Para mudar as narrativas e dar olhares mais igualitários e inclusivos no telejornalismo é preciso mais do que discursos prontos e campanhas para “inglês ver”. O caminho é aquele já conhecido por todos, inclusive por quem tem o poder de decisão. É preciso diversidade negra nas equipes, em todos os processos, em todas as etapas, em todas as posições.

É necessário que os telejornais saiam da posição confortável de sempre reproduzir pessoas negras em posições inferiores. Isso não pode e não deve mais ser projetado

nos conteúdos que permeiam as reportagens. Vale ressaltar que o papel dos departamentos de recursos humanos também é fundamental. Se não há contratação de profissionais negros, como eles vão ocupar espaços e propor mudanças? E, sim, mesmo que muitos digam o contrário, há muitos profissionais negros qualificados e capacitados. Só é necessário que tenham oportunidade.

Ostelejornais poderiam se revelar como importantes atores na luta contra o racismo, principalmente por possuírem credibilidade diante da população. 🗣️





Encenação da Paixão de Cristo, com um Cristo negro no Conjunto Felicidade, uma comunidade de BH
Maxwell Vilela

Como identificar e desmontar armadilhas racistas

por Bruno Torquato

O contexto brasileiro na luta antirracista continua ofertando diversas cenas ou casos de armadilhas que as pessoas negras têm que enfrentar. Não são exemplos isolados ou pontos fora da curva. É justamente uma característica do racismo estrutural, que diariamente nos leva a enfrentar situações, seja na esfera pessoal ou profissional, que, se não estivermos atentos, cairemos facilmente. Na prática do jornalismo e em outras áreas da

comunicação não é diferente.

Nos exemplos a seguir, é possível ver o quão “simples” uma situação pode parecer... Porém, cada armadilha a mais que conseguimos desconstruir é um racista a menos que deixou de vencer. A proposta aqui, portanto, não é explorar o assunto como banal, mas sim inspirar o início de uma reflexão que os jornalistas e profissionais de comunicação devem ter em mente em sua rotina de trabalho e na pro-

dução de conteúdo, seja ele em texto ou audiovisual.

A partir deste ponto, espero me aproximar ainda mais de você, leitor ou leitora, ao contar dois casos que aconteceram entre 2021 e 2022 durante a execução de trabalhos freelancers. Talvez será possível uma rápida identificação para os profissionais negros que lêem, e espero que os brancos consigam ao menos visualizar o quão importante é não ser contraditório.

Posicionar-se em um lugar de mais vigília para desconstruir as nuances do racismo estrutural é, na prática, um ato fundamental para a construção de uma comunicação antirracista. Essa luta inclusive faz parte da missão do Coletivo Lena Santos, que se posiciona para que tenhamos, no Brasil, uma prática comunicacional que seja, de fato, antirracista.

No primeiro semestre de 2022, enquanto produzia roteiros de vídeos e entrevistas para uma empresa, pude conhecer um casal de líderes comunitários na região de Ouro Preto (MG). Os dois, negros retintos donos de uma sabedoria

popular, com vasto conhecimento e paixão pela região, e com forte devoção da santa padroeira do local, algo de se encantar. O carisma de Paula¹ com sorriso largo ficou bem no vídeo, mas também nos contatos para as gravações. Caio, marido de Paula, era um pouco mais sério, mas era nítido sua capacidade de falar sobre o tema que iria abordar.

Caio acabou com poucas falas e não apareceu nos primeiros vídeo – que eram em formato de episódios –, mas porque o conteúdo foi reservado para uma espécie de minidocumentário². Paula já apareceu e, claro, com o sorriso e uma fala importante

que remetia não somente a ela própria, mas também à comunidade. Mais do que isso: era a presença de uma mulher negra em um produto caro, com pessoas ditas “importantes”.

Passado essas etapas – e fazendo um recorte na cronologia dos fatos –, chegamos à fase de roteirização, edição e aprovações do minidocumentário. De propósito, mas sem fazer alarde, a sonora de Caio ficou na introdução do vídeo, após outros dois personagens e mais aceitáveis no padrão da branquitude – até por serem cristãos e líderes religiosos. Além disso, no caso de Caio, o racismo foi mais for-

te. Por ser uma pessoa simples, de vestimenta, da forma de falar e se expressar, aos olhos das aprovações, “mais rude”, ele era já visto como negro.

Diante disso, o retorno da aprovação chegou para retirar a sonora de Caio, questionando a veracidade das informações que eram ditas por ele, mas também com incômodo – não abertamente – pela presença de um homem negro e simples logo na abertura.

Por considerar ser fundamental a fala e a presença, com sua representatividade, logo no início do produto, a réplica teve que ser direta: foi informado que ele era um homem negro, que

¹ Os nomes aqui são fictícios para preservar a real identidade.

² Aqui tenho dúvidas se esse é o melhor nome para o conteúdo final. Não apenas por ser um conteúdo corporativo, mas também pelo tempo final de vídeo e abordagem. Mas, enfim, por ser o mais próximo e, oficialmente publicado, será usada esta nomenclatura.

as informações que ele passava estão corretas – e até verificada nas imagens de cobertura – e, portanto, era importante manter Caio naquele conteúdo, naquele formato, naquele ponto de vídeo. Ou seja, a armadilha tinha sido criada, mas com uma fala clara, aberta e taxativa, foi possível iniciar o desmonte do artifício racista.

Identificado, o desmonte da armadilha que contribuía para a perpetuação do racismo foi realizado. Em saia justa, o novo retorno da aprovação acatou os argumentos ponderados e Caio foi mantido. Ressalta-se que, por se tratar de uma empresa que preza – ao menos de discurso – pela diversidade e por ser mais popular, quem detinha o poder

do “sim” na aprovação não teve escolha. É bom imaginar que a pessoa também notou que estava sendo preconceituosa e, portanto, reviu seu conceito. No fim, o conteúdo final, apesar de outras mudanças ao longo das revisões, ficou excelente, digno de elogios e emoções.

Outro exemplo que é importante contar é na prática do jornalismo policial. O racismo sempre coloca os negros nessa editoria, evidenciando uma estrutura de poder que coloca as pessoas não-brancas como criminosas e perigosas. Mas e quando o negro é a vítima? É preciso denunciar à sociedade que quem mais morre no Brasil são negros, homens, e, muitas das vezes, vítimas da violência policial.

Um caso que ganhou repercussão nacional foi o de um homem negro que estava em uma distribuidora de bebidas com seus amigos no interior de Minas Gerais. O momento de descontração bebendo cerveja e trocando conversas entre os presentes foi interrompido com policiais militares agredindo um rapaz negro que, como é possível ver nitidamente em vídeo de câmera de segurança, sofre golpes dos militares.

A reportagem produzida, divulgada em um dos principais portais de notícias nacional, estava já no título que um homem negro tinha sido agredido pela Polícia Militar. Pouco tempo depois da matéria ter sido publicada, a porta-voz da PM entrou

em contato e, acreditem, solicitou que a palavra “negro” fosse retirada do título. O argumento era que o caso não se tratava de injúria racial, que a motivação da abordagem policial teria sido por possíveis xingamentos proferidos pela vítima das agressões aos militares que patrulhavam a região.

Logo na ligação, foi informado que a palavra negro estava ali porque a cor da pele daquele homem era possível ser identificada nas imagens, ou seja, a informação era verídica. Porém, a porta-voz militar ficou contente em saber que o pedido iria ser discutido com os editores da redação. A solicitação da polícia foi levada, mas já enfatizando que se tratava de um ho-

mem negro agredido pela força policial, e questionando se acatariam a PM.

Nesse momento, ressalta-se, é fundamental que na redação tenham pessoas negras e pessoas brancas que compreendem de fato o racismo e consigam lidar com situações parecidas. Neste caso foi o que aconteceu. A edição compreendeu e manteve o título. Mais tarde daquele dia, o caso foi divulgado em outro veículo jornalístico, a TV Globo, no Jornal Nacional, com a abordagem de homem negro agredido. Detalhe, com a mesma porta-voz que comentou o fato dos militares terem agredido o homem negro na distribuidora de cerveja.

Esse segundo exemplo mostra que as armadilhas podem ser

até mesmo muito diretas. Por isso, para desmontá-las, é preciso ter atitude, consciência e preparação antirracista. Afinal, não é fácil, como neste caso, ir contra uma instituição de tanto poder como é a corporação militar de um Estado.

Portanto, este texto com os seus exemplos descritos, tem a pretensão de ser, ao menos, um caminho para que jornalistas e profissionais de comunicação saibam que o racismo estrutural pode, a todo momento, construir armadilhas para a sua manutenção. Negras e negros passam 24 horas por dia lutando contra um sistema racista dentro dos veículos de comunicação. É preciso que mais pessoas também estejam preparadas para identificar

e desmontar essas armadilhas, tornando o jornalismo e a comunicação antirracista possível. 🧠



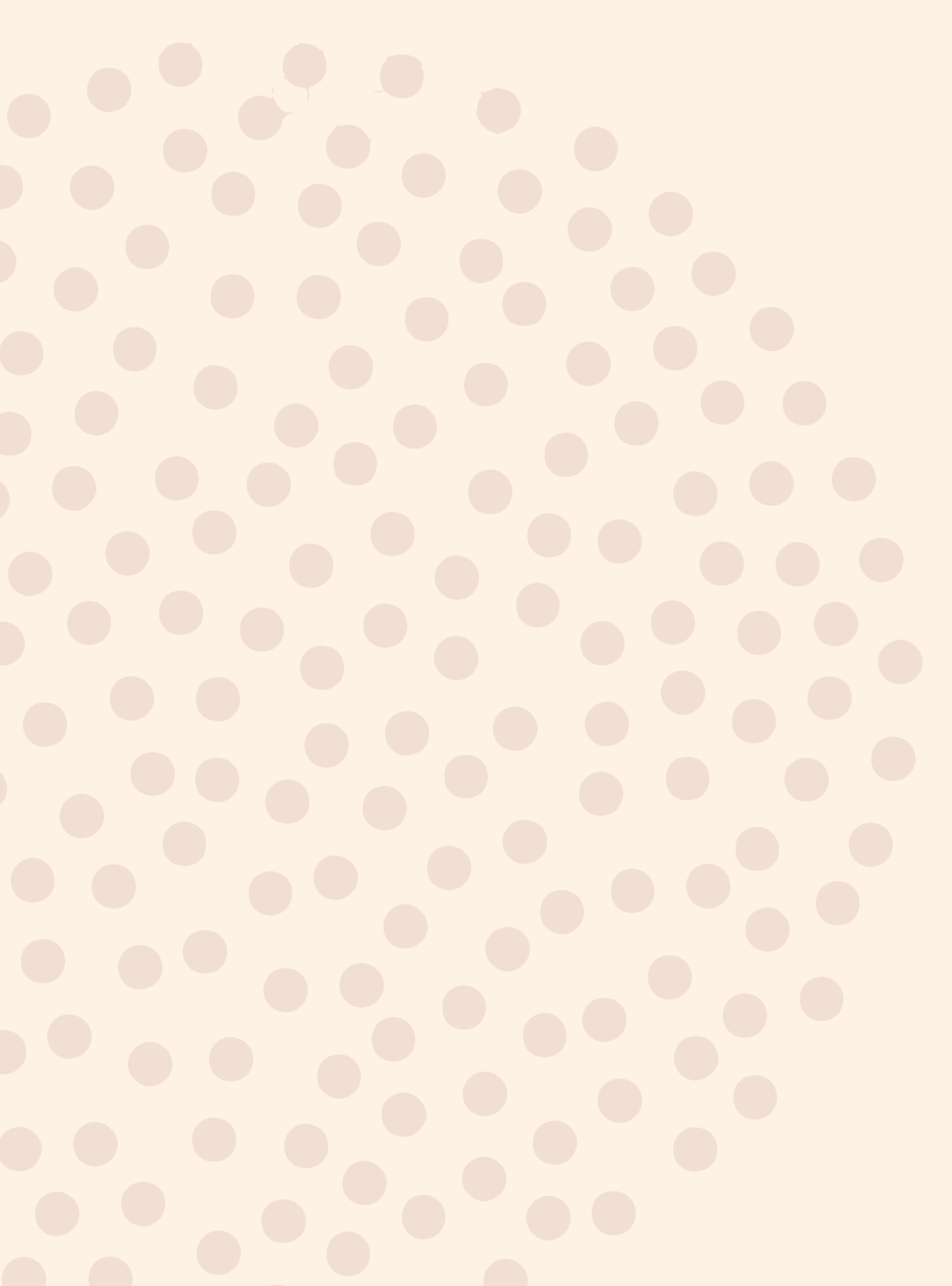


**Manifestação em defesa da
memória de Marielle Franco**
Gabriel Araújo



Como efetivar uma prática de diversidade para além da editoria?

por Cláudio Henrique



Evidentemente não há uma única resposta ou atitude combativa à pergunta que dá título a esta reflexão. O que proponho aqui é uma troca de ideias, uma busca por alternativas em contraposição ao status quo, ao que se vê enraizado nas estruturas sociais e de poder, logo, reproduzidas pelas mídias. Historicamente, fomos expostos a uma infinidade de produções racistas, presas a estereótipos, olhares e recortes coloni-

zados, fruto de instituições, redações, editorias, campanhas e projetos dominados por pessoas brancas. Nós, negros, não estamos imunes à armadilha da mente colonizada durante a produção e compartilhamento de conteúdos e no exercício das nossas atividades diárias, mas procuramos fazê-los com mais atenção, em decorrência de um histórico de ações e publicações que nos tiram o protagonismo ou nos deixam reféns

de distorções, subalternidade e/ou invisibilidade.

A discussão sobre a prática da diversidade além das editorias é de caráter interseccional e traz subjetividades, é atravessada pela atenção à formação do indivíduo enquanto ser social e político. Tal prática deve contemplar aspectos históricos, geográficos e culturais, ou seja, formação geradora de consciência, sobretudo, de raça, classe e gênero, seja consistente

e promova – de fato e de direito – a virada de chave na questão do racismo, oriente ações e produções que fujam aos estigmas e estéticas estigmatizantes, crie novas narrativas. Mas falar em narrativas e antirracismo pede atenção para não cairmos no “esvaziamento das palavras”, conforme diz a pesquisadora e doutora em ciências da comunicação, Rosane Borges, que ressalta: “reflexão e ação”, sempre.

No artigo, Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas, a jornalista e doutora em sociologia, Fabiana Moraes, dentre as discussões e críticas envolvendo a prática jornalística, ressalta que “edições e títulos podem

provocar desentendimentos e não aproximações” – fato recorrente no fechamento de jornais, na ânsia em dar o furo e/ou sair na frente. Na frente de que e de quem? Da apuração, da pesquisa, da escuta desvestida dos rótulos, do conhecimento de causa. Fabiana também destaca que “corporificar o discurso pode ser tão perigoso quanto o silenciamento”. A jornalista joga luz para a escuta atenta e protagonismo dos indígenas e dos negros nas publicações – os indígenas podem e devem falar por si; pessoas negras também, sem excluir a escuta e o diálogo. Protagonismo de corpos carregados de ancestralidades, com epistemes próprias e marcados por genocídios históricos, ou como diria Sueli Carneiro, epistemicídios.

Mas o desafio de efetivar a prática da diversidade para além das editorias, eu diria, e desenvolver e consolidar ações disruptivas, estanques ao pensamento colonizado, não é tarefa fácil. Como bem dito por Silvio de Almeida, “o racismo é estrutural e estruturante”, está nas bases da educação, da cultura, da filosofia das instituições, das políticas públicas e das famílias (inclusive das nossas, pessoas pretas). Infelizmente, as mídias e os produtos midiáticos não escapam a esta realidade; inevitavelmente, são contaminadas pelo senso comum, os agenciamentos e os riscos que estes envolvem, a começar pelas abordagens e recortes racistas – visto que os agentes, em sua

maioria, são pessoas brancas. Os trabalhos são atravessados (ou contaminados) pelo olhar, crenças, valores, subjetividades de quem produz e dos próprios veículos que os empregam.

Em se tratando de pautas raciais, a questão da mediação é sempre delicada. Dar agência e visibilidade de forma justa, sem preconceitos e estigmas, aos povos e corpos negros, quilombolas e indígenas é raridade, notadamente fruto do racismo advindo do pensamento (limitante) colonizado que desconhece ou ignora a história e o potencial destes povos. Tal comportamento leva a distorções e erros irreparáveis nas coberturas e campanhas; para agravar a situação, os sucessivos ataques

à estas populações são sempre minimizados e postos como “uma questão pontual, rara”.

O racismo não pode continuar sendo tratado como algo isolado, acontecimento sem história, abordado pelo ponto de vista pessoal, “matérias feitas sob o signo da universalidade, mas com bases fincadas em noções individuais”, conforme descreve Francisco Karam, em A ética jornalística e o interesse público. As mídias, além de publicar e reverberar fatos e acontecimentos, é o aparente espaço da diversidade, da reflexão e exposição de ideias, mas continua esbarrando em critérios hierarquizantes, tendo como operadores o racismo e o machismo, em grande parte das produções.

O combate ao racismo pressupõe representatividade e equidade: nas redações das emissoras de rádio e televisão, jornais impressos e virtuais, empresas de publicidade e propaganda, nas posições de liderança e no departamento de recursos humanos das instituições, e onde mais estiverem seres humanos - lembrando que, no Brasil, 55,8% da população é negra, conforme dados do IBGE de 2019.

Voltando à questão das subjetividades que devem envolver as produções midiáticas, novamente recorro à Fabiana Moraes e sua crítica à dita objetividade que escraviza as produções jornalísticas: “não há nada menos objetivo do que negar a comple-

xidade do mundo”. Então por que ficar reféns de publicações objetivas que invisibilizam a voz e o pensamento do outro, excluem a escuta sensível, abortam a humanidade das matérias e demais produções midiáticas, sequestram vozes e apagam as histórias e potencialidades desse outro, de modo recorrente pobres, negros, mulheres, população LGBTQIA+ e indígenas? A prática da diversidade para além das editorias passa por deixar-se afetar por questões que não são necessariamente de quem produz e compartilha conteúdos, independente do veículo ou plataforma.

Retomo aqui a palavra interseccionalidade porque dialoga com os conceitos amefricanidade ou Améfrica Ladina e pre-

toquês, cunhados por Lélia Gonzalez na década de 1980. Para a autora, tais conceituações seriam - e são - mais fiéis às origens e histórico do nosso continente e idioma, traduzem com mais fidelidade uma região fortemente marcada pela presença e influências indígena americana e negra africana, ao contrário das afirmações oriundas do inconsciente branco europeu e perpetuadas ao longo dos séculos.

Importante lembrar que Lélia Gonzalez - pesquisadora e pensadora brasileira, com relevantes trabalhos no campo intelectual, vivências na arena política, envolvimento em congressos nacionais e internacionais, e embates nas ruas - foi crítica ferrenha ao dito mito da democracia racial e à ide-

ologia do branqueamento. O mito ancora-se na (falsa) ideia de um país onde brancos e pretos são tratados de forma igualitária, vivem uma (ilusória) igualdade de direitos e oportunidades; a defesa ao branqueamento, que ganhou força nos séculos XIX e XX, parte do princípio de que ser negro é algo ruim, logo, a solução é “embranquecer” a população. Dois absurdos a serem rebatidos e combatidos, em pleno século XXI.

Mirar além das editorias passa pelo legado de centenas de pensadoras, pensadores e, sobretudo, ativistas negras e negros. Destaco aqui uma segunda figura, Maria Beatriz Nascimento, embora meu desejo fosse nomear todas e todos. Beatriz Nascimento, foi professora, his-

toriadora, roteirista e ativista sergipana, radicada no Rio de Janeiro até a sua morte prematura, em 1995. Ela autointitulou-se transatlântica remetendo-nos à ideia de deslocamento, de alguém que acompanha o vaivém das ondas ao longo da trajetória negra entre um continente e outro, entre um estado de escravidão e um de liberdade, entre o território negro africano e o território ameríndio.

“Beatriz Nascimento foi impulsionadora de debates no movimento negro e contribuiu de forma singular para o pensamento social brasileiro”, afirmam Tássia Menezes e Patrícia da Veiga, da UFRJ. Uma parte importantíssima da pesquisa acadêmica de Beatriz consistia em observar

os quilombos como sistemas alternativos à estrutura escravista, com potencial continuidade em favelas, particularmente no caso do Rio de Janeiro.

Como pensar comunicação e produção de conteúdo envolvendo a população negra sem conhecer e se inspirar em figuras como Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Tereza de Benguela, Zumbi dos Palmares, Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Mãe Menininha do Gantois, Adhemar Ferreira da Silva, Pixinguinha, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, e tantas outras? Conhecer o legado dos antepassados e contemporâneos negros que abriram e abrem caminhos é parte fundamental da forma-

ção geradora de consciência de raça, classe e gênero mencionadas no início desta reflexão.

O fazer midiático atravessado pela interseccionalidade e pelas subjetividades só deixa de ser mecânico e colonizado se calcado no conhecimento, história e historicização dos fatos que transbordam, ou melhor, se capitalizam entre as editorias, nas reuniões de briefing das campanhas e projetos. Afinal, nada é um fato isolado, os temas e áreas afetam-se mutuamente o tempo todo, a vida é assim, ainda que se compartimentem as discussões ou as confinem em uma página, em determinado número de caracteres ou tempo de exposição na televisão, rádio, jornal, publicidades, feeds, timelines e banners.

Como bem disse o professor Juarez Xavier sobre o racismo nosso de cada dia: “no Brasil parece que o acontecimento é um ente mítico, sem responsáveis”, ou seja, sem conexões, sem gatilhos historicamente acionados pelos brancos. A população negra é aquela a qual está destinada um lugar e uma posição social, claro, definidos pelos interlocutores brancos que se apropriaram do espaço e das vozes. Por muito tempo, as mídias vêm reproduzindo e naturalizando esse gesto e com anuência ou alienação dos demais.

“É fundamental o comprometimento da classe média branca em assumir uma posição ativa e não hipotecar”, reitera o professor Juarez. Comprometimento

que passa, inclusive, pelas universidades. A sociedade não pode continuar refém [ou pelo menos, não deveria] das grandes corporações, dirigidas por homens brancos, via de regra, que ditam as regras do jogo, definem as políticas vigentes - orientadas para os privilégios “deles” e o apagamento dos demais, sobretudo das maiorias minorizadas. “Aos brancos cabem reconhecer no negro a humanidade que lhe é intrínseca”, recorrendo à lucidez da professora Rosane Borges. Eu acrescentaria: respeitar uma história que não começou ontem e aceitar pacificamente a ocupação dos espaços que lhes são devidos de direito, a dita reparação histórica.

Efetivar uma prática de diversidade para além da editoria passa pelo exercício de entender o Brasil enquanto povo, a verdadeira formação do tecido social brasileiro, majoritariamente negro, reconhecer e superar a nossa colonialidade. Importante entender a relação dialética dessa alienação para percebermos como isso gera e alimenta problemáticas como o racismo. No cruel processo de colonização, a sabedoria ancestral e a liberdade de pensamento foram escanteadas. O movimento incansável que vem sendo feito pela população negra e precisa encontrar eco nas mídias é do reconhecimento e respeito à origem, história e trajetória desta população, caso contrário,

não sairemos desta alienação a que estamos submetidos. Urge rompermos a ignorância e a geografia do medo que toma de assalto não só corpos e territórios, acima de tudo as mentes, e que leva ao constante epistemi-cídio, recuperando aqui a crítica de Sueli Carneiro.

Encerro destacando uma temática que merece ser mais discutida e conhecida pelos pais, educadores, instituições públicas e privadas, comunicadores e mídia em geral se queremos de fato romper o racismo, ou melhor, adotarmos práticas antirracistas: o letramento racial crítico, discutido por Roxane Rojo, em “Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social”. A autora destaca que, além de habilidade

individual de aquisição alfabética e numérica da leitura e da escrita, o letramento racial é o uso social da leitura e da escrita em que os indivíduos se envolvem em seus contextos sociais. Letramento racial crítico é uma corrente dos letramentos que se propõe a estudar e entender como as relações de poder são engendradas para modelar as identidades de raça e como essas identidades atuam no seio das sociedades. 🧠

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021

BORGES, Rosane; XAVIER, Juarez. **Aula Aberta – Racismo, mídia e violência no Brasil e nos EUA**. YouTube, 10 de jun. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pnPn7aY2UVE>. Acesso em 19 de julho de 2022

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Col. Consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011

MORAES, Fabiana. **Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 15, n. 1, p. 84-97, jun. 2018.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos**. Escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009



**A intelectual e antropóloga
Lélia Gonzalez, co-fundadora
do Instituto de Pesquisas das
Culturas Negras do Rio de
Janeiro, do Movimento Negro
Unificado e do Olodum.**

Januário Garcia

O papel da imprensa brasileira na luta antirracista!

por Márcia Maria Cruz

O debate racial ganhou volume e alcance, em especial nas redes sociais, e, por isso, passou a mobilizar formadores de opinião, colunistas, jornalistas e influenciadores numa complexa rede de conversação pública.

Nesse debate, rivalizam-se linhas argumentativas. No amplo espectro, colocam-se em polos contrários dois argumentos: um que aponta o racismo estrutural; e outra argumentação que apresenta um país livre

de práticas racistas, tomando como exemplo para negar o racismo no Brasil os extremos do apartheid na África do Sul e da luta racial nos Estados Unidos. No centro dessa disputa argumentativa, coloca-se em questão o peso da miscigenação na sociedade brasileira.

Nesse contexto, qual é o papel da imprensa na construção de uma agenda antirracista no Brasil? Nós, do Coletivo Lena Santos de Jornalistas Negras e

Negros de Minas Gerais, nos engajamos no debate, com o propósito de contribuir com a mobilização de enfrentamento ao racismo, como interlocutores do e no campo do jornalismo.

O debater racial é amplo no que se refere às temáticas, complexo quanto às definições e essencial no que tange ao diagnóstico e às propostas de superação. Inclui diferentes atores, que têm interesses distintos e, em alguns casos, antagônicos. É uma

discussão urgente se queremos superar as desigualdades da sociedade brasileira, assentada em 300 anos de escravidão.

Tomamos a Constituição Federal de 1988 como inflexão do debate público com a diversificação dos sujeitos políticos, que proporcionou amplitude no que se refere às discussões sobre diversidade e políticas públicas de inclusão. Na Assembleia Nacional Constituinte, o movimento negro organizado colocou como central a denúncia do mito da democracia racial. A Carta Magna é reconhecida como a constituição cidadã por ter incorporado direitos fundamentais de grupos sociais postos historicamente à margem, e podemos exemplificar esses

marcadores a partir dos direitos quilombolas e indígenas.

O movimento negro organizado coloca na ordem do dia temas relacionados à desigualdade de oportunidade da população negra, que se reflete em menos acesso à escolarização e ao mercado de trabalho; às desigualdades salariais; às altas taxas de homicídio, principalmente de homens negros; e à superlotação do sistema penitenciário com pessoas pretas e pardas.

A tônica da argumentação do movimento negro organizado tem sido denunciar como o racismo estrutura a sociedade brasileira, desde as relações interpessoais, ao modo como opera as instituições do Estado, passando pela Justiça, política, a cultura,

a mídia e toda a malha do tecido social. Apresentam indicadores de como esse sistema é baseado na hierarquização das pessoas a partir da cor da pele.

No debate sobre o racismo, que acompanha a história do Brasil, há segmentos que negam a existência do preconceito racial no país, pairando por muitos anos a ideia da existência de uma democracia racial. No entanto, a partir da Constituição observou-se um debate público menos negacionista, fruto de avanços nos estudos e ativismo negro. Destaca-se a visibilidade do movimento negro na denúncia do racismo e na cobrança do Estado e da Justiça para garantir a aplicação da Constituição e das leis complementares.

No entanto, com a ascensão de um governo de extrema-direita, pesquisadores das ciências sociais têm apontado o backlash (reação adversa) de movimentos conservadores, que se especializaram em criar narrativas que tentam reafirmar que o Brasil não é um país racista. Grupos de extrema-direita – majoritariamente, mas não só – costumam classificar as denúncias de racismo como “mimimi”.

A formação do povo brasileiro é um debate antigo, embora sempre atualizado, como nos mostram clássicos das ciências sociais e, do campo cultural, em especial a literatura e a música. Vale destacar a mudança de posição de negros e indígenas, que historicamente foram objetos de

pesquisas científicas, que passaram a reivindicar e se colocar como sujeitos nessa discussão.

Por toda essa relevância, a discussão da questão racial volta às páginas dos jornais nacionais, dos programas de TV, de podcasts. O ano de 2022 ainda tem como marco a revisão na Lei Federal 12.711/2012, que estabelece as cotas raciais nos institutos federais públicos, o que inflama o debate. Podemos pegar como exemplo textos argumentativos que repercutiram no debate nacional, mas não gostaríamos de enfeixar nossa discussão a partir de uma perspectiva atrasada no que se refere aos avanços que precisamos. Por isso, não vamos citar. A sociedade brasileira ampliou o de-

bate sobre o racismo. Mas vale a pena fazer algumas reflexões:

Por que os movimentos negros são taxados de “identitários” como forma de deslegitimar toda argumentação que aponta ausências dos sujeitos e lacunas para tratar de questões centrais para o nosso país?

Por que articulistas e columnistas ganham espaço e visibilidade para defender argumentos de “racismo reverso”? Por que essa tese, vez ou outra, retoma espaços nobres da mídia brasileira?

A quem é dada a chancela para validar ou não os argumentos apresentados pelos movimentos negros? Qual é a cor e o gênero desses articulistas?

Em momentos cruciais do debate na arena midiática - como a

implementação das cotas raciais -, os movimentos negros apontam uma parcialidade em favor de articulistas abertamente refratários às denúncias de racismo. Articulistas - quase sempre homens e brancos - ganham espaço e reconhecimento ao apresentar polêmicas a despeito da defesa da liberdade de expressão.

Sob a chancela da liberdade e expressão, vale inclusive defender o racismo reverso ou sustentar que negros são racistas contra brancos. Em um país que passou por 300 anos de escravidão de pessoas negras, o debate racial é pautado por um homem branco que defende o racismo reverso. São dadas páginas e páginas para esse debate: réplica, tréplica, editoriais,

outros artigos de opinião. O que toda a visibilidade a um articulista branco que defende o racismo reverso informa sobre o debate racial no Brasil?

Sempre que o tema racismo volta à cena revive-se o debate sobre liberdade de expressão versus criminalização de discurso do ódio. Nesse cenário, costuma-se referenciar no direito alemão e no direito estadunidense. No entanto, no que se refere à relevância desse debate filosófico, não se pode perder de vista a diferença da formação do Brasil em comparação às duas nações do Norte. De forma direta: não somos EUA e Alemanha.

É necessário, no ano de 2022, reafirmar a importância da de-

mocracia e da imprensa no Brasil e, portanto, é imperativo defender o princípio de liberdade de expressão – valendo muito a pena aprofundar e, sem dúvida, tanta a experiência dos Estados Unidos como da Alemanha podem iluminar o debate.

Muitas vezes, as duas tradições democráticas são colocadas como contrapostas. No entanto, temos que mirar nessas tradições, e na contribuição que cada uma oferece, no sentido de assumir posições inegociáveis na defesa da liberdade de expressão e do combate ao discurso do ódio.

A nossa defesa como coletivo é que não há contraposição e que é possível que façamos um debate democrático para am-

pliar a luta antirracista no Brasil. O paradoxo da intolerância de Karl Popper demonstra os riscos de dar espaço aos intolerantes, a discursos de ódio, para a própria democracia e para a liberdade de expressão.

Nessa direção, o Coletivo Lena Santos conclama o jornalismo brasileiro para assumir uma posição em favor da luta antirracista. A liberdade de expressão como um princípio democrático é um dos pilares do jornalismo brasileiro – o que é fundamental quando olhamos para história do Brasil e, por inúmeras vezes, que esse princípio foi ameaçado e até suprimido.

No entanto, é urgente que a imprensa brasileira assuma uma

posição na luta intransigente contra o racismo. Entendemos que essa posição se confirma quando cada veículo se propõe a fazer essa discussão complexa, passando a incorporar como princípio na linha editorial. Acreditamos também que esse debate precisa ser feito com a incorporação de vozes diversas: negros, negras, mulheres, LGBTQIA+, na construção desse debate. É fundamental observar o compromisso dessas vozes com a luta antirracista.

PERGUNTAS ORIENTADORAS

- Quantos articulistas e colunistas são negros?
- Os textos de colunistas negros ganham a mesma visibilidade em termos de desta-

Um levantamento inédito mostra que ainda há muito o que se avançar no que se refere à diversidade nas redações. O Perfil Racial da Imprensa Brasileira, realizado pelo Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas e Instituto Corda e divulgado em novembro de 2021, apontou que a composição das redações não reflete o perfil da população brasileira. De acordo com o Pnad do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população negra corresponde a 56,20% da população brasileira. Nas redações, apenas 20,10% dos jornalistas se autodeclararam negros (pretos e pardos). A maioria se autodeclara branca (77,60%); os indígenas somam 0,20% e os amarelos 2,10%.

que e distribuição nas redes sociais?

- Há espaço para que a linha editorial seja avaliada no que se refere aos temas raciais?
- Como a diversidade se reflete em todo o processo de elaboração da notícia - da pauta à edição?
- Qual é o perfil de quem produz opinião?

PRINCÍPIOS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

- o reconhecimento, por parte do Estado, das comunidades negras remanescentes de quilombos e o título de propriedade definitiva de suas terras, o que se tratava do reconhecimento das especificidades culturais e histó-

ricas dessas comunidades, bem como da iniciativa de preservar e garantir o direito à terra;

- a criminalização da prática do racismo, do preconceito racial e de qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos;
- uma educação comprometida com o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação, que valorize e respeite a diversidade, assegurando a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras do Brasil. 🗣️

Essa discussão é ampliada: GOMES, Nilma Lina e RODRIGUES, Tatiane Consetino. Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. In: DOSSIÊ, Educ. Soc. 39 (145) Oct-Dec 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018200256>>



Pixinguinha
Acervo IMS

Considerações finais

Por Gabriel Araújo

Luiz Gama (1830-1882) foi um advogado negro e abolicionista que teve papel fundamental na formação da imprensa paulista e do Brasil. Gama co-fundou dois dos primeiros semanários ilustrados da cidade de São Paulo: Diabo Coxo (186-1865) e o Cabrião (1866-1867). Da pena de Gama, saíram artigos que denunciavam o sistema escravista e apresentavam a história de negros escravizados.

Formou rede com outros intelectuais negros para conseguir que seus textos tivessem um alcance maior no então império brasileiro. Autodidata, tornou-se um brilhante homem das letras, que usava do texto

para libertar negros escravizados – centenas deles –, para escrever artigos na imprensa em prol das ideias abolicionistas e também para rebater artigos racistas de jornalistas brancos, seus contemporâneos.

Após mais de 150 anos, seguimos o seu exemplo, comprometidos com a prática de um jornalismo antirracista que colabore para uma cobertura mais ampla e diversa da sociedade brasileira.

O guia que você acabou de ler não pretende esgotar todas as possibilidades para efetivar essa prática. Pelo contrário. Justamente por estarmos cientes de suas lacunas, reforçamos o convite para que você também

se esforce para preenchê-las.

Como escrevo no texto de balanço do I Congresso Nacional de Jornalistas Negras e Negros, publicado na Revista Diversa, da Énois, “o processo de revisão do jornalismo brasileiro enquanto atividade compreende abarcar uma mudança que é de estrutura: de investir na diversidade de fontes para a construção de uma reportagem, de abolir os estereótipos em torno das populações negras, quilombolas e indígenas, de valorizar diferentes modos de se contar uma história e de fazer com que diferentes histórias sejam contadas”.

No final das contas, o que almejamos é a possibilidade de

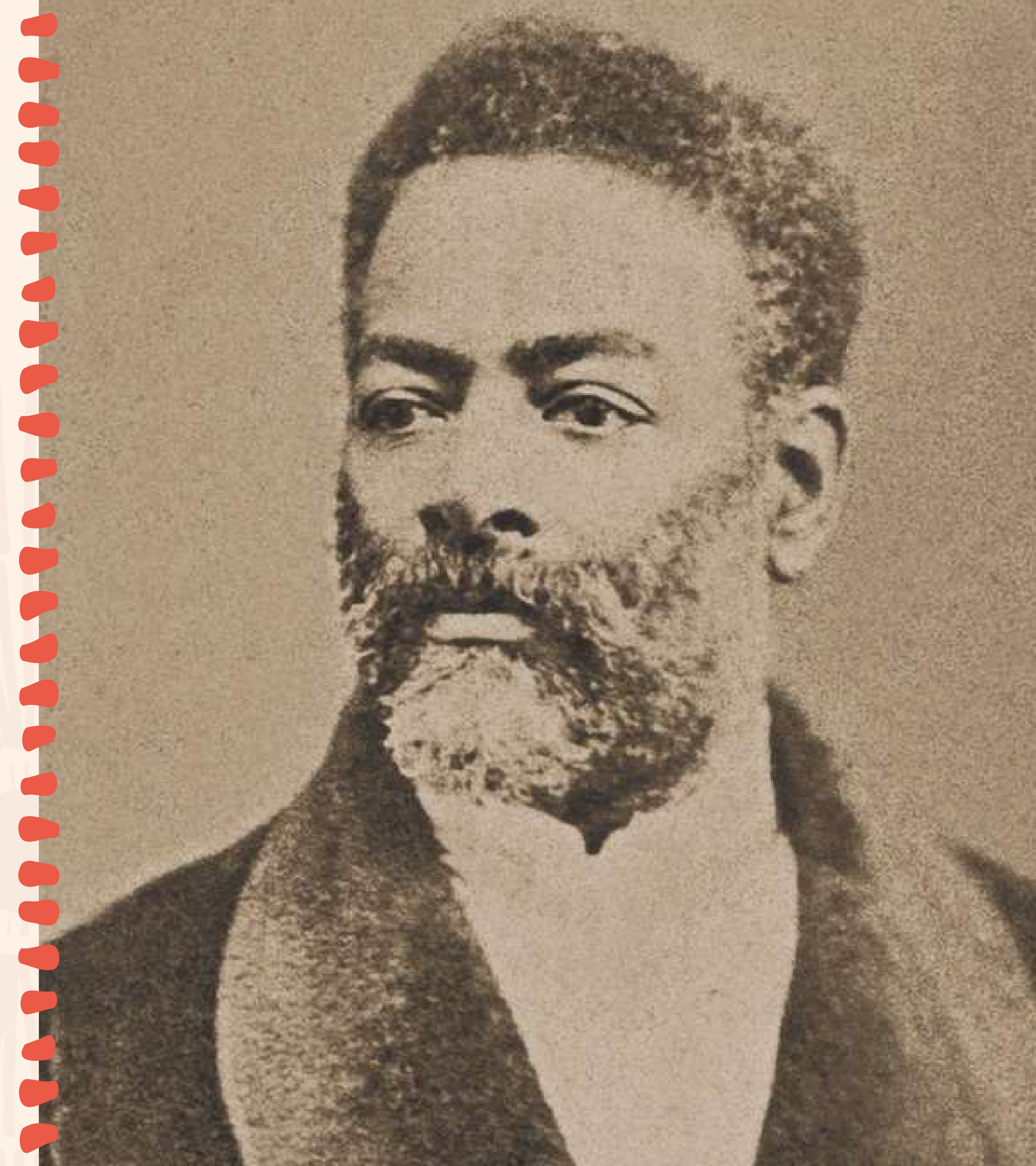
Considerações finais

existirmos, nas narrativas, enquanto indivíduos em complexidade – para que não sejamos mais enquadrados dentro de pré-concepções e nem sirvamos apenas como ilustração para ideias de mundo que não nos comportam. E também para que possamos ser autores e autoras de histórias, múltiplas quão múltiplas possam ser as existências.

A responsabilidade de efetivar um jornalismo antirracista é de todas e todos, independentemente de sua identificação étnico-racial ou de suas inclinações políticas. Agir também pressupõe não se omitir. E dar as mãos pode ser a melhor oportunidade para juntos chegarmos mais longe. 🧡

Luiz Gama

Direitos livres,
disponível em Wikipedia





Carolina de Jesus,
FolhaPress

Agradecimentos

por Coletivo Lena Santos

Com as bênçãos de quem veio antes, queremos agradecer parcerias e apoios fundamentais para a existência deste Guia. Iniciamos o agradecimento a todos os e as jornalistas negras, que abriram os caminhos. Somos possíveis, porque vocês resistiram.

À ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) pelo convite, espaço e por nos apoiar na materialização de um sonho coletivo que foi escrever este Guia.

À Prefácio Comunicação, agência de comunicação integrada de Belo Horizonte, por abraçar a nossa proposta com

a criação do projeto e identidade visual deste Guia, mesmo diante de um prazo exíguo.

Aos fotógrafos que disponibilizaram as imagens que, muito além de ilustrar este trabalho, comunicam, sensibilizam e provocam.

E, por fim, celebramos ainda os integrantes do Coletivo Lena Santos, por nossos diálogos, investigações, trocas e transformações. Que continuemos assim diversos e plurais na luta antirracista, essencial e urgente. Sabemos que assumimos um compromisso pessoal e coletivo com quem veio antes e com as futuras gera-

ções. Ecoamos as palavras da escritora Grada Kilomba:

“Parece que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário [e um outro jeito de ser] no qual possamos todos nos encontrar na condição humana”.

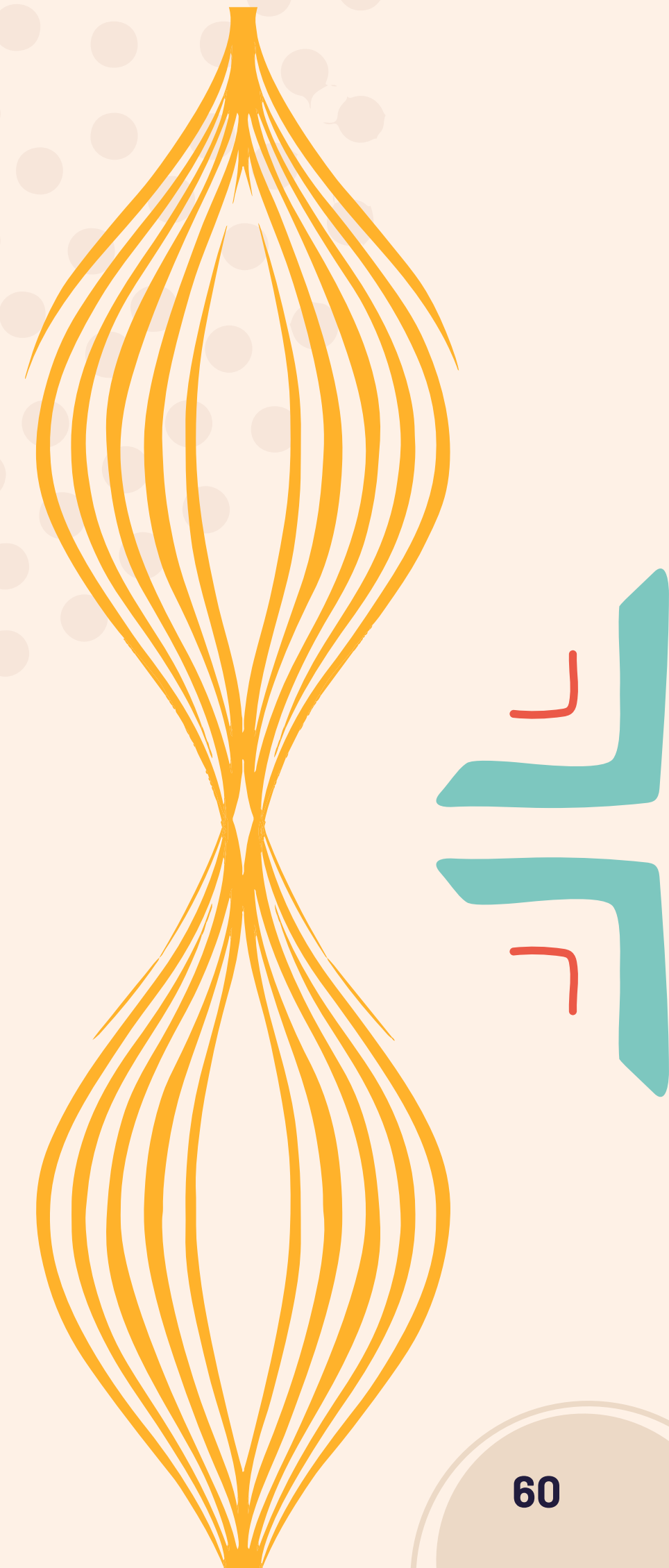
Sigamos!



Repertório Bibliográfico de apoio ao jornalista sobre os aspectos raciais no Brasil

por Etienne Martins

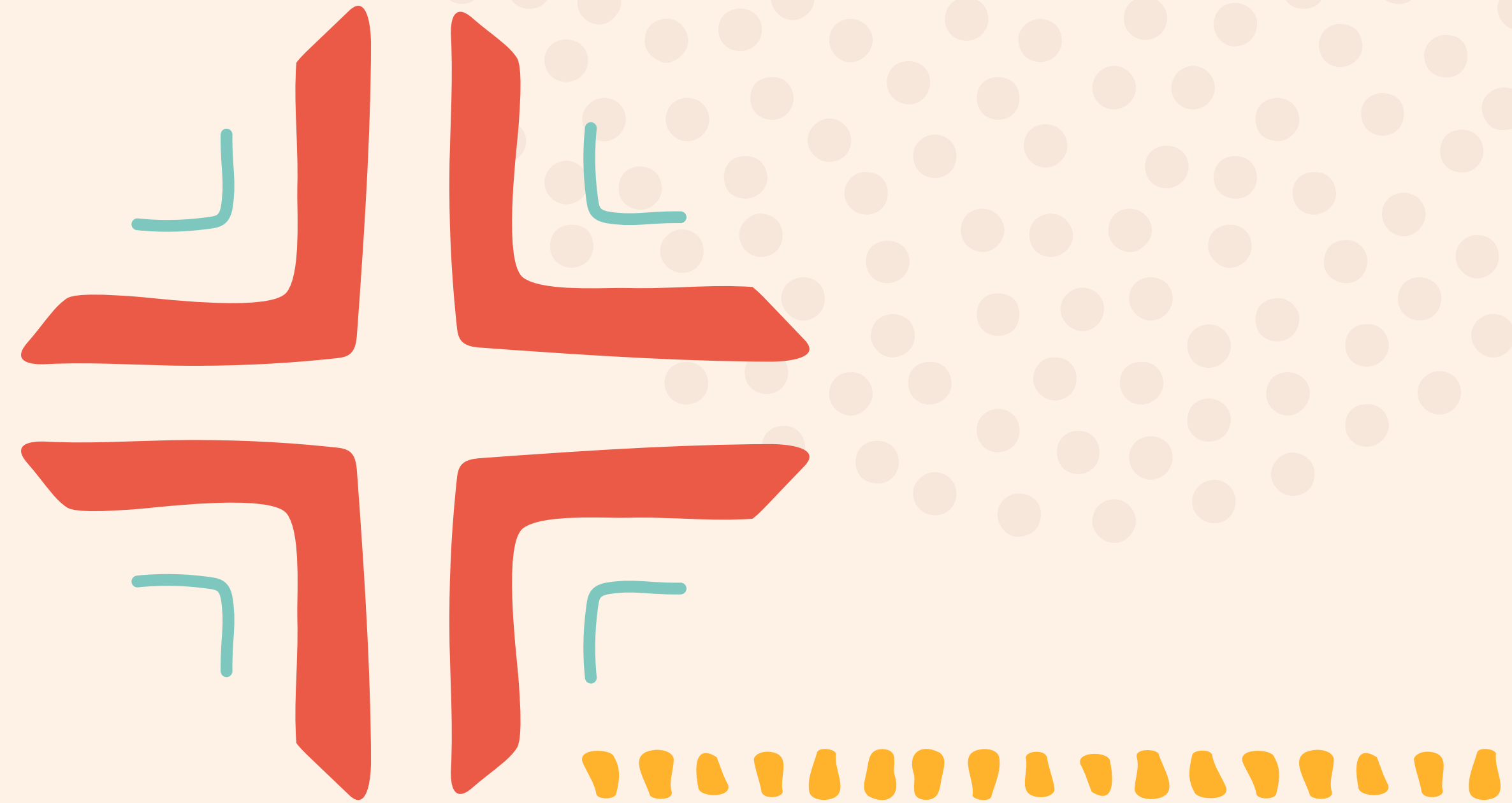
- O Genocídio do negro no Brasil, de Abdias do Nascimento; Editora Perspectiva
- Sociologia do Negro Brasileiro, de Clóvis Moura; Editora Perspectiva
- Por um Feminismo Afrolatino Americano, de Lélia Gonzalez ; Zahar editora
- Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil, de Sueli Carneiro; Selo Negro
- Rediscutindo a mestiçagem no Brasil, de Kabengele Munanga; Autêntica
- Uma história feita por mãos negras, de Beatriz Nascimento; Zahar editora
- A integração do negro na sociedade de classes, de Florestan Fernandes; Editora Contracorrente
- O terreiro e a cidade, de Muniz Sodré; Mauad X
- Pensar Nagô, de Muniz Sodré; Vozes
- Bantos, Malês, identidade negra, de Nei Lopes; Autêntica



- Ardiz da Imagem, de Edimilson de Almeida Pereira; Mazza Edições
- Tornar-se Negro, de Neusa Santos Souza; Zahar editora
- Executivos Negros, de Pedro Jaime; Edusp
- Sem Perder a Raiz, de Nilma Lino Gomes
- Racismo Recreativo, de Adilson Moreira; Jandaíra
- Racismo Linguístico, de Gabriel Nascimento; Letramento
- Marchar não é caminhar, de Ivanir dos Santos, de Pallas Editora
- Intolerância Religiosa, de Sidney Nogueira; Jandaíra
- Pacto da Branquitude, de Cida Bento; Companhia das Letras
- Afrografias da Memória, de Leda Maria Martins; Mazza edições
- Dicionário da Escravidão no Brasil, de Clóvis Moura; Edusp
- Dicionário Banto, de Nei Lopes; Pallas
- Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, de Nei Lopes; Selo Negro
- Mulheres negras do Brasil, de Schuma Schumacher; SENAC
- Enciclopédia Negra, de Flávio dos Santos Gomes; Companhia das Letras
- Candomblé Bem Explicado, de Vera de Oxaguã; Pallas
- A Negação do Brasil, de Joel Zito Araújo; SENAC

Mídias Negras no Brasil

- Alma Preta – Agência de Jornalismo
- Associação de Produtores do Audiovisual Negro – APAN
- Bahia 1798 – Rede de Mídia Livre
- Blog Gorda&Sapatão
- Blog Negro Nicolau
- Blogueiras Negras – Portal
- Canal Corpo Político – Ana Paula Rosário
- Canal Ela Preta Afronta – Milly Costa
- Canal Sapas Gordas – Milly Costa
- Canal Sapatão Amiga – Ana Claudina
- CMA HIP-HOP, Comunicação, Militância e Atitude Hip-Hop
- Coletivo Papo Reto
- Coletivo Terra Firme
- Comissão de Jornalistas Pela Igualdade Racial / SJPMRJ – Cojira Rio
- Cooperativa de Literatura Marginal



- Conexão Malunga
- Instituto Búzios
- Instituto Mídia Étnica / Correio Nagô • Nação Z
- Notícia Preta – Portal
- Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros do Simdjors (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS)
- Portal BlackFem
- Programa Evolução Hip-Hop
- Programa Me Despache – Luciane Reis
- Projeto Afro
- QuilomboNews – Julio Menezes Silva
- Raízes TV
- Revista Afirmativa – Coletivo de Mídia Negra
- Revista Quilombo
- Site Mundo Negro
- Site Seja Extraordinária • TV Raça
- Favela em Pauta



Fonte:

http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf

Ficha técnica

EDIÇÃO: Gabriel Araújo

CRIAÇÃO: Prefácio Comunicação | prefacio.com.br
@prefacio.comunicacao | [linkedin.com/company/prefacio-comunicacao](https://www.linkedin.com/company/prefacio-comunicacao)

ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO: Comissão Coletivo Lena Santos
@coletivolenasantos | coletivolenasantos@gmail.com

Membros da Comissão Coletivo Lena Santos:

Bruno Torquato é jornalista formado pelo UniBH, com especialização em Comunicação Estratégica pela Puc-Minas. Atualmente é repórter de política em O Tempo. Em sua atuação como freelancer, tem conteúdos publicados pelo UOL, Folha, Estadão, CBC News (Canadá), Zenger News (EUA) e Telearuba (Caribe).

Cláudio Henrique é jornalista, mestre em comunicação social pela UFMG, diretor e apresentador do programa de literatura Conversações, exibido pela Rede Minas.

Etienne Martins é integrante do coletivo de jornalistas negras e negros Lena Santos, militante do movimento negro, mestranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ, pós graduada em Comunicação e Saúde pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e graduada nos cursos de jornalismo e publicidade e propaganda com bolsa de 100% pelo PROUNI.

Gabi Coelho é jornalista, empreendedora e diretora da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Atualmente produz projetos especiais para o Instituto Nacional de Defesa das Religiões de Matrizes Africanas (IDAFRO) e trabalha como repórter de fact-checking e política no Estadão Verifica e Projeto Comprova.

Gabriel Araújo é jornalista, curador e crítico de cinema. Atualmente colabora enquanto repórter e redator para o especial “Independência, 200”, da Folha de S. Paulo. É cofundador da INDETERMINAÇÕES, plataforma de crítica e cinema negro brasileiro, e do Cineclubes Mocambo, iniciativa de exibição de cinematografias negras em Belo Horizonte

Iačanã Woyames é jornalista, especialista em gestão com ênfase em marketing. Com quinze anos de atuação em comunicação empresarial, atualmente, integra a equipe da agência Prefácio, além de colunista da revista PQN, aprendiz e facilitadora de Comunicação Não Violenta.

Márcia Maria Cruz é jornalista e doutora em ciência política pela UFMG. Coordena o Núcleo de Diversidade do jornal Estado de Minas, e é professora no curso de jornalismo das Faculdades Promove. Autora dos livros “Morro do Papagaio” (Editora Conceito) e “Maria Mazarello – preto no branco, lutas e livros” (Editora Contafios)

Queila Ariadne é formada em Jornalismo pela PUC-Minas (2001), com pós-graduação em Produção de Texto e Literatura no Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH) e especialização “O Jornalista como agente e líder no desenvolvimento social” (Instituto Tecnológico de Monterrey). É editora da Mais Conteúdo, de reportagens especiais multimídia de O Tempo. Em sua carreira, acumula cerca de 50 prêmios de Jornalismo.

Robert Frank é multi artista de Belo Horizonte e se divide entre os trabalhos de artes visuais, música (cantor nas bandas Pelos e Diplomattas) e como ator de filmes como No Coração Mundo (2019), Temporada (2018) e séries como Hit Parade (Canal Brasil/Globoplay). Atualmente grava a série Tarã (Disney+)

Sandra Flávia é jornalista, mestre de cerimônia, apresentadora e empresária. Atua com foco no empreendedorismo negro, colaborando para publicações da mídia negra, como a Revista Canjerê.

Tábata Poline é, atualmente, repórter do Fantástico. Foi também produtora e repórter do programa Rolê nas Gerais, da Globo em Minas. Com experiência em produção de eventos, assessoria de imprensa e agência de publicidade, atua na área da comunicação desde a época da faculdade. No jornalismo, teve o trabalho reconhecido nos prêmios nacionais, Vladimir Herzog de Direitos Humanos, Synapsis Federação Brasileira de Hospitais, e estaduais, Prêmio CDL e Associação Mineira de Psiquiatria.

Tatiana Lagôa é editora de Cidades no Jornal O Tempo, colunista e radialista. É graduada em jornalismo pela PUC Minas e pós-graduada pelo Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey, no México. Atualmente, faz pós-graduação de Comunicação e Diversidade nas Empresas, na PUC Minas. Integra a lista dos jornalistas mais premiados do Brasil, no ranking “J&Cia dos Mais Premiados da Imprensa Brasileira”.

